

331 questões sobre Recursos Cíveis

AGRAVOS	1
APELAÇÃO	8
EMBARGOS	17
GENERALIDADE SOBRE RECURSOS	24
RECLAMAÇÃO	41
RECURSO ADESIVO	43
RECURSO ESPECIAL	44
RECURSO EXTRAORDINARIO	47
RECURSO ORDINARIO	51
REEXAME NECESSÁRIO	53
SÚMULAS	54

AGRAVOS

1) JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - TJMS - 2008 – FGV.

Julgado deserto o agravo de instrumento de decisão que inadmitiu recurso extraordinário, pelo Tribunal a quo, dessa decisão caberá para o Supremo Tribunal Federal:

- a) recurso extraordinário.
- b) reclamação.
- c) recurso ordinário.
- d) apelação.
- e) agravo de instrumento.

2) II EXAME - OAB - DF – 2006.

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo, far-se-á a liquidação por artigos, observando-se, no que couber, o procedimento comum;
- b) a impugnação ao cumprimento da sentença condenatória de quantia certa não terá efeito suspensivo, e, ainda que atribuído tal efeito, nos casos de risco de dano de difícil ou incerta reparação, é lícito ao exequente requerer, sob caução, o prosseguimento da execução;
- c) o cumprimento de sentença efetuar-se-á perante o juiz cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral ou de sentença estrangeira;
- d) cabe agravo retido nos autos de decisão que não admite a intervenção de terceiro, independentemente de preparo

3) PROCURADOR - AGU - 2007 – CESPE.

Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, que deve ser interposto oral e imediatamente e deve constar do respectivo termo, neste expostas sucintamente as razões do agravante

4) PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL - PGFN - 2007 - ESAF.

Quanto ao agravo retido, é incorreto afirmar que

- a) o agravo retido deve ser interposto no prazo de dez dias e, uma vez interposto, deverá a parte contrária ser ouvida sobre ele. O juiz, estabelecendo o contraditório, poderá redecidir, hipótese na qual o agravado poderá interpor um novo agravo desta nova decisão
- b) da decisão que determina a retenção do agravo de instrumento em retido, caberá a interposição de recurso especial, por ser tal decisão considerada de última instância por não comportar o manejo do agravo interno.
- c) as decisões interlocutórias proferidas nas audiências de instrução e julgamento serão agraváveis na forma retida e sua interposição deverá ser feita oral e imediatamente na própria audiência, constando do respectivo termo as razões sucintas de sua reforma, mas toda vez que a decisão interlocutória tiver o condão de "causar à parte lesão grave e de difícil reparação", mesmo quando proferida em audiência de instrução e julgamento, a hipótese é de agravo de instrumento.

d) da decisão que determina a retenção do agravo de instrumento em retido não caberá recurso mas, de acordo com a jurisprudência dominante do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, comportará a impetração do mandado de segurança.

e) será retido o agravo interposto de qualquer decisão interlocutória que não seja: a inadmissão de apelação; relativa aos efeitos em que a apelação foi recebida; casos de urgência ou, como quer a lei, "decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação"

5) PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO - IPCES - 2007 – CESPE.

Se for interposto agravo de instrumento, o recorrente deverá comunicar formalmente esse fato ao juízo prolator da decisão impugnada e requerer a juntada de cópia da petição do agravo aos autos do processo de origem. Se o recorrente não se desincumbir desse ônus e, desde que argüido e provado pelo agravado, o recurso não será conhecido.

6) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TST - 2008 – CESPE.

As decisões proferidas por juiz singular, em regra, são recorríveis por meio de embargos, agravo de instrumento e apelação. A esse respeito, julgue o item:

Se, no prazo de três dias, o agravante não requerer a juntada nos autos principais do comprovante de interposição do agravo, o mesmo deverá ser inadmitido pelo relator

7) ADVOGADO - CEPISA - PI - 2007 – OUTROS.

Sobre o recurso de agravo é correto afirmar, EXCETO

a) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de dez dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

b) O agravo retido independe de preparo.

c) Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.

d) Interposto o agravo, e ouvido o agravado no prazo de quinze dias, o juiz poderá reformar sua decisão.

e) Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo tribunal

8) PROCURADOR MUNICIPAL - SÃO CARLOS/SP - 2009 - VUNESP.

Tratando-se de agravo interposto na forma oral, é correto afirmar que:

o agravo retido na forma oral não comporta apresentação de razões, bastando sua alegação.

9) PROCURADOR - DF - 2007 - ESAF.

O agravo de instrumento é o recurso cabível em face da decisão proferida em liquidação.

10) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

Cabe agravo retido contra decisão que recebe a apelação e declara os efeitos em que o recurso foi recebido. Na hipótese de haver juízo de retratação, a parte contrária deverá, nas contra-razões do recurso principal, ofertar sua resposta.

11) PROCURADOR - DF - 2007 - ESAF.

No reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.

12) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC.

De sentença proferida em ação divisória que julga a pretensão de dividir cabe somente agravo de instrumento, sem efeito suspensivo.

13) JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO 178º - TJSP - 2006.

Destes enunciados, só um é correto. Indique-o.

a) Deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indica ou contrata advogado particular, ainda que seja ad exitum a remuneração do contratado.

b) Como ninguém é obrigado a trabalhar de graça, o beneficiário da assistência judiciária deve, quando requerente da perícia, antecipar os salários do perito.

c) É defeso à sentença, ainda que faça ressalvas, condenar o beneficiário da assistência judiciária ao pagamento de custas e de honorários de advogado.

d) Quando indeferido, nos autos principais, pedido de assistência judiciária, cabível é o agravo de instrumento.

14) PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO - IPCES - 2007 - CESPE.

Contra a decisão monocrática do relator que determine a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, é cabível o agravo regimental ou interno para a turma recursal, com pedido de suspensividade da decisão, sob a alegação de prejuízo de difícil reparação aos interesses do recorrente.

15) PROMOTOR MPDFT 2009 - 28 CONCURSO.

Acerca do Recurso de Agravo, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10(dez) dias, na forma retida, somente quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

II – É possível a reintegração de posse em imóvel, por meio de liminar em agravo interposto no curso do atentado, em face da compatibilidade com a natureza do provimento acautelatório vindicado.

III – Ausente a relevância dos fundamentos jurídicos invocados à pretensão de deferimento de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, bem assim não se vislumbrando o periculum in mora, é de ser recebido o recurso em seu regular efeito.

IV – Cabe apelação, e não agravo de instrumento, da decisão proferida em ação de consignação de pagamento, que não ponha fim ao processo, determinando seu prosseguimento em primeira instância.

V – Não comete atentado quem, sob o manto de liminar judicial favorável obtida por meio de agravo de instrumento, prossegue com construção de benfeitorias e cercamento em área litigiosa.

- a) Os itens II, III e IV estão corretos.
- b) Os itens III e V estão corretos.
- c) Os itens I, IV e V estão incorretos.
- d) Os itens I, III e IV estão corretos.
- e) Os itens I, II e V estão incorretos.

16) Exame OAB - CADERNO ÉPSILON- 2009 – CESPE.

A respeito do agravo, assinale a opção correta.

- a) O recurso cujo objetivo seja o reexame da decisão do juiz sobre os efeitos em que foi recebida a apelação é o agravo de instrumento.
- b) O novo regime jurídico de impugnação das decisões interlocutórias estabelece como regra que o recurso contra essas decisões é o agravo de instrumento.
- c) O agravo será na forma retida quando interposto contra decisão que não tenha admitido a apelação.
- d) Não se admite juízo de retratação no agravo retido.

17) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STJ - 2008 – CESPE.

José, residente em Maceió, ajuizou ação ordinária contra a União, no foro do DF, visando obter indenização por prejuízos que sofreu em virtude da colisão de veículo oficial com o seu. O juiz de primeira instância julgou improcedente o pedido. Insatisfeito, José apelou, e o tribunal manteve a sentença. José interpôs, então, recurso especial. Distribuído o recurso no STJ, o relator negou-lhe seguimento após verificar que era intempestivo, já que fora interposto 16 dias após a publicação do acórdão recorrido. Com referência à situação hipotética acima e à disciplina dos recursos nos tribunais, julgue: Caso queira recorrer da decisão mais recente, José poderá interpor agravo de instrumento ao órgão competente para julgamento do recurso, providenciando, para isso, cópia da decisão agravada, da certidão de intimação e das procurações outorgadas aos advogados das partes

18) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF 5ª REGIÃO - 2007 - CESPE.

A respeito da súmula vinculante e dos recursos contra as decisões proferidas em processo civil, julgue o item que se segue.

É irrecorrível a decisão monocrática do relator que determine a conversão do agravo de instrumento em agravo retido e que decida sobre a antecipação dos efeitos da tutela recursal ou a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

19) PROCURADOR MUNICIPAL - SÃO CARLOS/SP - 2009 – VUNESP.

Tratando-se de agravo interposto na forma oral, é correto afirmar que:

o agravo retido na forma oral pode ser interposto contra decisão conhecida em audiência.

20) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STJ - 2008 - CESPE.

Considerando que um indivíduo, insatisfeito com acórdão proferido pelo TRF da 1.ª Região em sede de apelação, interponha recurso especial para o STJ, julgue:

Caso o recurso especial não seja admitido ante a alegação de que o acórdão recorrido está em consonância com jurisprudência dominante do STF, o recorrente poderá interpor agravo de instrumento, no prazo de 10 dias, para o STJ.

21) PROCURADOR MUNICIPAL - SÃO CARLOS/SP - 2009 - VUNESP.

Tratando-se de agravo interposto na forma oral, é correto afirmar que:

das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida ou por instrumento.

22) EXAME OAB/MG 2008 1ª EDIÇÃO - OAB/MG).

O juiz recebeu a apelação no efeito meramente devolutivo, quando deveria tê-lo feito no duplo efeito, ou seja, devolutivo e suspensivo. Qual o recurso cabível

- a) Agravo retido.
- b) Agravo de Instrumento
- c) Correição parcial.
- d) Mandado de Segurança, eis que não há recurso previsto no caso.

23) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC.

De sentença proferida em ação divisória que julga a pretensão de dividir cabe somente agravo retido.

24) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC.

A respeito do recurso de agravo de instrumento, é INCORRETO afirmar:

O Presidente do Tribunal, ao determinar a remessa dos autos do agravo de instrumento ao Tribunal Superior, não poderá ordenar a extração e juntada de peças não indicadas pelas partes.

25) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TST - 2003 - CESPE.

Interposto agravo contra decisão interlocutória de conteúdo negativo, se a parte requerer, poderá o relator conceder efeito ativo ao recurso, para reformar a decisão e conceder antecipadamente a providência negada pelo juiz a quo

26) PROCURADOR - MP/GOIÁS – 2008.

por efeito devolutivo retardado entende-se:

- a) o julgamento tardio dos recursos nos tribunais;
- b) o efeito devolutivo contido no agravo retido;
- c) a consequência do efeito devolutivo no Recurso Extraordinário e no Recurso Especial;
- d) o conhecimento do Recurso Especial e do Recurso Especial em razão de agravo ao STF ou ao STJ, conforme o caso.

27) JUIZ - TJMG – 2007.

Quanto à decisão judicial que, em audiência de instrução e julgamento, indefere pergunta da parte ao depoente, é CORRETO dizer que dela caberá o recurso de:

- a) agravo de instrumento, com pedido de imediato efeito suspensivo.
- b) agravo retido, com pedido de imediato efeito suspensivo.
- c) agravo retido, interposto na forma oral e imediatamente.
- d) agravo retido, ouvida a parte agravada no prazo legal, com pedido de conhecimento preliminar e preferencial ao julgamento da apelação, podendo o próprio Juiz reformar a decisão.

28) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC.

A respeito do recurso de agravo de instrumento, é INCORRETO afirmar:

Caberá agravo de instrumento contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que denegar recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, nos casos previstos em lei.

29) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC.

De sentença proferida em ação divisória que julga a pretensão de dividir cabe agravo de instrumento ou agravo retido.

30) EXAME DE ORDEM - OAB/DF - 2007.3º - CESPE.

De acordo com o sistema recursal do Código de Processo Civil, o agravo de instrumento pode ser interposto, entre outros atos judiciais,

- a) do ato pelo qual o juiz determina a juntada de documento produzido pela parte.
- b) do ato pelo qual o juiz decide os embargos à execução fundada em título executivo extrajudicial.
- c) do ato pelo qual o juiz ordena a anotação, no registro de distribuição, do oferecimento de reconvenção.
- d) do ato pelo qual o juiz julga a liquidação de sentença.

31) TABELIÃO DE NOTAS E REGISTROS/SP - 2009 - VUNESP.

O agravo de instrumento, interposto em razão de decisão do juízo de primeiro grau que apreciou pedido de tutela antecipada, será interposto perante o

- a) juízo prolator da decisão atacada pelo recurso.
- b) tribunal competente para sua apreciação.
- c) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, a critério da parte agravante.
- d) juízo prolator da decisão atacada ou o tribunal, conforme haja ou não urgência.

32) ADVOGADO JÚNIOR - PETROBRÁS - 2008 – CESGRANRIO.

Análise as afirmativas a seguir, sobre Agravo de Instrumento

I - O agravo de instrumento é recurso cabível contra decisão judicial que exclui um dos litisconsortes do feito.

II - Só é cabível agravo de instrumento da decisão que recebe apelação intempestiva.

III - A decisão que deixa de receber apelação em função de súmula impeditiva de recurso é atacada por agravo de instrumento.

IV - Interpõe-se agravo de instrumento das decisões interlocutórias, proferidas em audiência de instrução e julgamento, devendo o mesmo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo, nele expostas as razões do agravante.

V - A decisão que converte agravo de instrumento em agravo retido é atacada por agravo interno dirigido ao Pleno do Tribunal.

São corretas APENAS as afirmativas

- a) I e III
- b) IV e V
- c) I, II e IV
- d) II, IV e V
- e) III, IV e V

33) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC.

Denegado o recurso especial interposto contra decisão de Tribunal Regional Eleitoral, o recorrente poderá interpor, dentro de 3 dias, agravo de instrumento para o Tribunal Superior Eleitoral.

34) EXAME OAB/MG 2008 1ª EDIÇÃO - OAB/MG.

Na modalidade de agravo retido o agravante requererá

- a) o traslado de peças obrigatórias e a remessa dos autos ao tribunal.
- b) a paralisação do processo mediante efeito suspensivo, com fundamento no perigo de dano irreparável ou de difícil e incerta reparação.
- c) que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
- d) fique registrado o protesto, sem necessidade de razões recursais que serão oportunamente apresentadas.

35) JUIZ DE DIREITO - TJDF - 2007.

Na liquidação por arbitramento, o recurso próprio do provimento judicial que a resolve é

- a) apelação, no duplo efeito;
- b) apelação, no efeito devolutivo;
- c) agravo retido;
- d) agravo de instrumento.

36) PROCURADOR MUNICIPAL DE SOROCABA/SP - 2008 - VUNESP.

Na modalidade de agravo retido, o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração.

37) JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - TJPR – 2008..

Assinale a alternativa correta:

- a) dos despachos cabe recurso de agravo na forma retida
- b) da decisão de liquidação de sentença cabe recurso de apelação.
- c) da decisão que indefere a petição inicial cabe recurso de agravo de instrumento.
- d) a decisão que resolver a impugnação ao cumprimento da sentença é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.

38) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC.

O Presidente do Tribunal não poderá negar seguimento ao agravo de instrumento interposto fora do prazo legal.

39) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC.

Se o agravo de instrumento não for conhecido, porque interposto fora do prazo legal, o Tribunal Superior imporá multa ao recorrente.

40) DEFENSOR PÚBLICO/MG - 2009 - FUMARC.

Quanto ao recurso de agravo, no código de processo civil, assinale a opção INCORRETA.

- a) O efeito devolutivo, na modalidade de agravo retido, será diferido.
- b) A ausência de peças obrigatórias implica o não conhecimento do agravo de instrumento.
- c) A decisão do relator que lhe nega seguimento pela intempestividade é irrecorrível.
- d) O agravo contra a inadmissão de recurso especial independe de preparo.
- e) Será cabível na modalidade retida e oral quando interposto de decisão proferida em audiência de instrução e julgamento

41) PROMOTOR DO CEARÁ - 2008 – FCC.

Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça que julga em definitivo recurso especial repetitivo, escolhido dentre aqueles que tratam de idêntica questão de direito.

- a) os agravos de instrumento serão julgados pelo Presidente do STJ, se ainda não distribuídos.
- b) os recursos especiais deverão ser encaminhados ao STJ, independentemente do resultado do acórdão recorrido coincidir ou não com a orientação do STJ.
- c) na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ, não poderá o tribunal examinar a admissibilidade do recurso especial, que será remetido ao STJ.
- d) o Presidente do STJ não terá competência para julgar os recursos especiais encaminhados após a referida publicação e ainda não distribuídos.
- e) os recursos sobrestados serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ.

42) PROCURADOR - DF - 2007 – ESAF.

A decisão que resolver a impugnação ao pleito executivo é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.

43) Exame de admissão na FESMPDFT 2007.

Quanto ao recurso de agravo, assinale a opção INCORRETA:

- a) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
- b) Das decisões interlocutórias proferidas em audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente, constando no termo de audiência as razões do agravante.
- c) Contra a decisão do relator que converter o agravo de instrumento em retido, por não se aplicar ao caso a possibilidade de lesão grave ou de difícil reparação, caberá a interposição do agravo interno (também chamado de agravo regimental ou agravinho).
- d) O agravo retido não será apreciado se o agravante não requerer que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.

44) PROCURADOR MUNICIPAL - SÃO CARLOS/SP - 2009 – VUNESP.

Tratando-se de agravo interposto na forma oral, é correto afirmar que:

das decisões interlocutórias proferidas em audiência caberá agravo retido na forma oral no prazo de dez dias.

45) DEFENSOR PÚBLICO - MA - 2009 - FCC.

Relativamente ao agravo de instrumento e à reclamação está correto afirmar que

- a) não cabe reclamação, se não houver o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, no âmbito dos juizados especiais.
- b) cabe novo agravo de instrumento se o magistrado deixa de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, se referente à causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.
- c) cabe reclamação para o Superior Tribunal de Justiça de decisão do tribunal a quo que recebeu, no duplo efeito, recurso ordinário constitucional, em mandado de segurança, de competência originária do Tribunal de Justiça, que foi denegado.
- d) cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal, se o Presidente do Tribunal de Justiça suspende a liminar deferida por desembargador, em mandado de segurança de competência originária do Tribunal de Justiça, unicamente com invocação de preceito da Constituição Federal.
- e) não se admite o cabimento de reclamação no âmbito de outros tribunais, matéria restrita ao Supremo Tribunal Federal.

46) PROCURADOR - DF - 2007 - ESAF.

O Presidente do Tribunal a quo não pode indeferir o processamento e o seguimento do agravo de instrumento interposto contra decisão de indeferimento do Recurso Especial. Se o fizer, terá invadido a esfera de competência do STJ e seu ato será passível de correção pela via da reclamação. Não é lícito negar-se seguimento a agravo, ainda que se trate de fundamento relativo à intempestividade.

47) TERCEIRO EXAME DE ORDEM - NACIONAL - 2008 - CESPE.

De acordo com o sistema recursal do Código de Processo Civil, o agravo de instrumento pode ser interposto, entre outros atos judiciais,

- a) do ato pelo qual o juiz determina a juntada de documento produzido pela parte.
- b) do ato pelo qual o juiz decide os embargos à execução fundada em título executivo extrajudicial.

- c) do ato pelo qual o juiz ordena a anotação, no registro de distribuição, do oferecimento de reconvenção.
- d) do ato pelo qual o juiz julga a liquidação de sentença.

48) JUIZ DE DIREITO - TJDFT - 2007.

Da decisão do juiz, concedendo liminar na ação civil pública

- a) cabem embargos à sua execução;
- b) não cabe recurso, devendo a parte, em caso de insurgência, impetrar mandado de segurança;
- c) cabe recurso de agravo, a que se poderá dar efeito suspensivo;
- d) cabe recurso de agravo, a que não se poderá dar efeito suspensivo.

49) PROCURADOR MUNICIPAL - SÃO CARLOS/SP - 2009 – VUNESP.

o agravo retido na forma oral só pode ser interposto contra decisão proferida em audiência.

50) PROCURADOR/AL - 2008 – FCC.

Das decisões interlocutórias proferidas em audiência de instrução e julgamento, o agravo retido deverá ser interposto oral e imediatamente.

51) PROCURADOR DE CONTAS - RR - 2008 - FCC.

No que concerne ao recurso de agravo, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil,

- a) o agravo retido poderá ser conhecido pelo Tribunal ainda que a parte não requeira expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, a sua apreciação.
- b) das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá, em regra, agravo na forma retida, devendo ser interposto no prazo de dez dias.
- c) o agravo de instrumento e o retido dependem de preparo, devendo acompanhar a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela publicada pelos tribunais, sob pena de não conhecimento do recurso.
- d) o agravante, no prazo de três dias, requererá juntada aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de inadmissibilidade do recurso.
- e) interposto o agravo retido, e ouvido o agravado no prazo de cinco dias, o juiz, no mesmo prazo, poderá reformar sua decisão.

52) ADVOGADO - SGA - AC - 2008 - CESPE.

O relator, de ofício, negará seguimento ao agravo de instrumento quando não for comprovado que o recorrente tenha comunicado a interposição do agravo ao juízo de origem, ou que tenha juntado aos autos da ação principal cópia da petição daquele recurso

53) PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO - IPCES - 2007 – CESPE.

Contra decisão que, reconhecendo a carência de ação, julga extinta a ação reconvenicional antes do julgamento da ação principal, é cabível o recurso de agravo.

54) Defensor Público do Estado de São Paulo - SP - 2009 - FCC (Processo Civil, questão 58). É correto afirmar que da decisão de liquidação

- a) cabe recurso apelação.
- b) quando por arbitramento cabe apelação e quando por artigo cabe agravo.
- c) cabe agravo de instrumento.
- d) quando por arbitramento cabe agravo e quando por artigo cabe apelação.
- e) não cabe recurso.

55) PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ 2009. PGE/PA.

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Após a reforma do Código de Processo Civil, a forma retida é a regra geral de interposição do agravo, excetuados apenas os casos de inadmissão da apelação, efeitos em que a apelação é recebida e os casos de tutelas urgentes.
- b) No agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmite o recurso especial no Tribunal a quo, poderá o relator no Superior Tribunal de Justiça, se o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante desse Tribunal, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial, decisão esta recorrível apenas por recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) O agravo interposto de forma oral, contra decisão proferida pelo juízo em audiência, deverá ter suas razões expostas de forma sucinta e registradas no termo de audiência, oportunizando-se, no prazo de dez dias, a resposta do agravado.
- d) O recorrente requererá o conhecimento do agravo retido, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação, devendo, porém, o tribunal, mesmo que a parte não o requeira expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, julgar as matérias que deveriam ser conhecidas de ofício e não foram decididas.

Gabarito

1) E	12) F	23) F	34) C	45) D
2) D	13) D	24) V	35) D	46) V
3) V	14) F	25) V	36) F	47) D
4) B	15) B	26) B	37) D	48) C
5) V	16) A	27) C	38) F	49) V
6) F	17) F	28) F	39) F	50) V
7) D	18) V	29) F	40) C	51) D
8) F	19) F	30) D	41) A	52) F
9) V	20) V	31) B	42) V	53) V
10) F	21) F	32) A	43) C	54) C
11) V	22) B	33) F	44) F	55) D

APELAÇÃO**1) PROCURADOR - DF - 2007 - ESAF.**

Ao réu assiste interesse em apelar da sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito, objetivando obter a sentença de improcedência

2) OAB - TO - CESPE - 2007 - Edição 1.

Acerca das normas processuais que regem o cumprimento da sentença judicial, a intervenção de terceiros e os recursos cíveis, assinale a opção correta.

- As sentenças constitutivas adquirem exequibilidade provisória na pendência de julgamento de recurso especial.
- A revelia do nomeado à autoria desqualifica a legitimidade deste para a interposição do recurso de apelação.
- A renúncia ao direito de recorrer alcança o recurso já interposto.
- Na hipótese do recurso de apelação interposto contra a decisão que indefere a petição inicial da ação de conhecimento, pode o próprio juiz se retratar e reformar a sua decisão.

3) PROMOTOR DE PERNAMBUCO/PE - 2008 - FCC.

A apelação será recebida, dentre outros casos, em seu efeito suspensivo e devolutivo, quando interposta de sentença que

- confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.
- exonerar o autor da pensão alimentícia.
- extinguir o feito sem resolução do mérito.
- homologar a divisão.

4) TABELIÃO - TJDF - 2008 – CESPE.

Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devoloverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

5) PROCURADOR - DF - 2007 – ESAF.

Além da matéria impugnada pela apelação (*tantum devolutum quantum appellatum*), sobe ao conhecimento do tribunal todas as questões de ordem pública que podem ser reconhecidas de ofício. É o que se denomina efeito translativo do recurso.

6) JUIZ SUBSTITUTO/SP/182º - 2009.

O efeito devolutivo da apelação

- é fixado pelo apelante, que pode limitar as questões e os fundamentos a serem examinados em 2.º grau.
- possibilita o exame, pelo tribunal, de todas as questões e fundamentos que, embora ignorados na sentença, foram submetidos ao contraditório em 1.º grau.
- está limitado às questões decididas e aos fundamentos examinados em 1.º grau.
- diz respeito exclusivamente ao pedido formulado pelo apelante.

7) DEFENSOR PÚBLICO - PA - 2009 - FCC.

Dentro do prazo fixado, em lei, para interposição da apelação, as partes ingressaram com petição requerendo a suspensão do processo para tentativa de acordo. Nesse caso

- cabe o pedido de suspensão, ainda que não haja o acordo.

- b) o pedido de suspensão depende do assentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.
- c) o pedido de suspensão não é correto, sem ou com o assentimento do juiz.
- d) o pedido de suspensão é correto, mas deverá ser provada a realização do acordo.
- e) o pedido de suspensão independe do assentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.

8) EXAME OAB/MG 2008 3ª EDIÇÃO - OAB/MG.

Renan que teve seu veículo danificado por Leandro em decorrência de um acidente de trânsito, ajuizou ação de indenização por danos materiais visando o recebimento da importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), perante o Juizado Especial. Tendo em vista o enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não poderá o pedido de Renan ser julgado pelo Juizado Especial em razão do valor pretendido para a indenização superar 40 (quarenta) salários mínimos.
- b) Leandro sempre deverá apresentar a sua contestação, sob pena de revelia, na audiência de conciliação.
- c) Sentido-se lesado, poderá Leandro oferecer reconvenção para recebimento de indenização pelos danos causados em seu veículo, dispondo do mesmo prazo da contestação.
- d) No caso de procedência do pedido de Renan, poderá Leandro recorrer da sentença, pretendendo a sua reforma, desde que o faça no prazo de 10 (dez) dias.

9) ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS - TJDFT - 2008 – CESPE.

A apelação será recebida só no efeito devolutivo quando interposta de sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem ou confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

10) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

Considere a seguinte situação hipotética. Ao proferir a sentença e julgar procedente o pedido, o juiz concedeu a antecipação da tutela, reconhecendo a presença dos pressupostos essenciais exigidos para sua concessão. Inconformada, a parte adversa interpôs o recurso de apelação. Nessa situação, o recurso é próprio e deverá ser recebido em ambos os efeitos.

11) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TJDFT - 2008 – CESPE.

A apelação será recebida só no efeito devolutivo quando interposta de sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem ou confirmar a antecipação dos efeitos da tutela

12) PROCURADOR DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - CEAJUR/DF - 2006 – CESPE.

No julgamento do recurso de apelação contra sentença onde ocorreu a sucumbência recíproca dos litigantes, não se aplica o princípio da proibição da reforma para pior, reformatio in pejus, pois, nesse caso, toda matéria é devolvida ao tribunal, independentemente da impugnação dos recorrentes.

13) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TST - 2008 – CESPE.

As decisões proferidas por juiz singular, em regra, são recorríveis por meio de embargos, agravo de instrumento e apelação. A esse respeito, julgue o item:

Ao apelante, não basta que proteste de forma genérica contra o teor da sentença, é fundamental que deduza o pleito de uma nova decisão, que pode ser a reforma ou mesmo a anulação do decisum, conforme o caso

14) EXAME DA ORDEM - SP 120º - 2001.

O Condomínio Stella Center, ajuíza, em relação a Tício, pedido de cobrança de despesas condominiais relativas aos imóveis X, Y e Z de propriedade daquele. A demanda é julgada procedente. Tício, inconformado, interpõe recurso de apelação em razão da condenação ao pagamento das despesas condominiais do imóvel X. A apelação é recebida no efeito suspensivo. Aponte a afirmativa correta.

- a) Ainda que a apelação seja parcial, o efeito suspensivo atinge todas as questões tangidas na sentença.
- b) Sendo a apelação parcial, poderá o Condomínio dar início à execução provisória da sentença relativa aos imóveis Y e Z.
- c) Sendo a apelação parcial, poderá o Condomínio dar início à execução definitiva da sentença relativa aos imóveis Y e Z.
- d) A apelação não será conhecida pelo Tribunal, a falta de embargos de declaração.

15) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TST - 2008 – CESPE.

As decisões proferidas por juiz singular, em regra, são recorríveis por meio de embargos, agravo de instrumento e apelação. A esse respeito, julgue o item:

A apelação é um recurso cabível somente das sentenças proferidas em ações de conhecimento e nas cautelares com natureza satisfativa.

16) JUIZ SUBSTITUTO TJPA – 2007.

Interposto recurso em face de decisão que julga embargos à adjudicação, este será recebido no efeito:

- a) regressivo.
- b) suspensivo
- c) expansivo.
- d) integrativo
- e) devolutivo.

17) PROCURADOR DE ESTADO - PGE/PB - 2008 – CESPE.

Ainda acerca dos recursos, assinale a opção correta.

- a) O relator pode converter em retido o agravo de instrumento, salvo quando se tratar de medida de urgência ou houver perigo de lesão e de difícil ou incerta reparação; contra essa decisão cabe agravo regimental interposto no órgão colegiado competente ou pedido de reconsideração.
- b) Na hipótese de o juiz verificar que os embargos de declaração possam acarretar a modificação do julgado em sua substância, ele deverá indeferir liminarmente o recurso, pois tais embargos não admitem efeitos infringentes, em virtude da violação do princípio do contraditório e da caracterização do cerceamento de defesa.
- c) A parte que já tenha interposto recurso pela via principal pode recorrer adesivamente ao recurso da outra parte, desde que a impugnação recaia sobre a parte da decisão que não tenha sido objeto do recurso autônomo.
- d) O recurso de apelação contra sentença denegatória de mandado de segurança possui apenas efeito devolutivo, ficando revogada a liminar, ainda que o juiz não declare expressamente essa revogação na sentença.
- e) No julgamento do recurso de apelação, não pode o órgão *ad quem* manter a sentença de extinção do processo sem resolução do mérito, modificando, entretanto, a fundamentação adotada pelo juiz *a quo*.

18) TABELIÃO - TJSE - 2006 – CESPE.

Tem legitimidade para interpor recurso de apelação contra a sentença proferida no processo de dúvida registrária, além do apresentante do título, o terceiro prejudicado, o Ministério Público e o notário ou o registrador que suscitou a dúvida.

19) PROCURADOR/AL - 2008 – FCC.

No recurso de apelação o seu prazo para interposição é de quinze dias.

20) PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - MPE/RR - 2008 – CESPE.

Caso seja indeferida liminarmente a petição inicial, por falta de interesse processual, e o autor apele da sentença, pode o tribunal julgar o mérito, se a causa versar sobre questão exclusivamente de direito

21) PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2009.

Na apelação contra as sentenças de indeferimento liminar da petição inicial e improcedência liminar, pode o órgão prolator exercer o juízo de retratação e deve ocorrer a citação do réu para responder o recurso.

22) JUIZ SUBSTITUTO/MG - 2008 – EJEF.

É CORRETO afirmar, no julgamento de processos repetitivos, que:

- a) interposta a apelação, o juiz mandará citar o réu para responder o recurso no caso de ser mantida a sentença.
- b) interposta a apelação, o juiz não pode se retratar porque está esgotado o ofício jurisdicional.
- c) interposta a apelação, o juiz não mandará citar o réu para responder porque a sentença foi favorável para ele.
- d) a apelação interposta pelo autor será recebida somente no efeito devolutivo.

23) PROCURADOR/AL - 2008 - FCC.

O recurso de apelação será sempre recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

24) ADVOGADO - PETROBRAS - 2007 – CESPE.

Quando o recurso tem como objetivo a reforma da sentença, por vício de conteúdo, isto é, erro de julgamento por violação de norma de direito material ou erro na concretização do direito, eventual provimento desse recurso acarretará o reconhecimento da nulidade e, como consequência, a decisão impugnada será cassada.

25) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TST - 2003 – CESPE.

Havendo sucumbência recíproca, podem ambas partes apelar no prazo comum, impugnando cada qual a parte cuja anulação ou reforma lhe interesse, ou interpor, o apelado, recurso adesivo, no prazo de que dispõe para responder, ao ser intimado do recebimento do recurso de apelação interposto pelo adversário.

26) PROCURADOR JURÍDICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC - 2007 – CESPE.

Se, por ocasião do julgamento de uma apelação, o tribunal não conhecer do recurso principal, poderá conhecer do recurso adesivo, desde que satisfeitos os requisitos de admissibilidade

27) JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - TJ/PR – 2008.

Assinale a alternativa correta:

- a) dos despachos cabe recurso de agravo na forma retida.
- b) da decisão de liquidação de sentença cabe recurso de apelação.
- c) da decisão que indefere a petição inicial cabe recurso de agravo de instrumento.
- d) a decisão que resolver a impugnação ao cumprimento da sentença é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.

28) ANALISTA JUDICIÁRIO - ATIVIDADE PROCESSUAL - TJDFT - 2003 - CESPE.

Em relação aos recursos, julgue os itens a seguir.

I Com exceção de ações especiais, não se reconhece interesse em recorrer ao réu que, embora vitorioso, insurge-se contra a sentença que julgou improcedente por falta de provas a ação contra ele proposta, pleiteando que o tribunal modifique o fundamento da sentença recorrida, embora mantendo a sua conclusão.

II Não são cabíveis embargos infringentes contra decisão que, por maioria, em remessa de ofício, venha a modificar decisão de primeiro grau, se contra esta não se interpôs apelação voluntária.

III O princípio tantum devolutum quantum apelatum aplica-se tanto aos recursos voluntários quanto às remessas de ofício, por tratar-se de princípio inderrogável em relação à segunda instância.

IV É cabível agravo de instrumento da decisão do juízo de primeiro grau que admite apelação intempestiva.

V A nova sistemática processual permite que o relator rejeite a apelação nos casos de inadmissibilidade e julgue o seu mérito se a decisão recorrida estiver de acordo com a jurisprudência dominante no tribunal ou contrária a ela.

Estão certos apenas os itens

- a) I e IV.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e V.

29) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5.^a Região - 2005 – CESPE.

A respeito dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais, julgue:

Poderão as partes, nas razões ou contra-razões de apelação, alegar questão de fato não suscitada na ação, ainda que tal alegação altere a causa de pedir ou o pedido, desde que seja provado que deixaram de fazê-lo antes por motivo de força maior e sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa.

30) ADVOGADO DO SENADO FEDERAL - 2008 – FGV.

Havendo processo que está em fase recursal (apelação) pretende a parte apelante distribuir demanda que reputa conexa, por dependência, antes da subida dos autos ao tribunal. No caso a pretensão

- a) é possível, desde que a segunda demanda guarde efetiva identidade com a primeira.
- b) necessita que o recurso não tenha sido encaminhado à Câmara.
- c) é permitida desde que exista identidade de causa de pedir entre as ações.
- d) é inviável, em função de já ter sido produzida a prova na ação que foi julgada.
- e) é incabível, por não haver conexão em processos que estejam em instâncias distintas.

31) JUIZ - TJMG – 2007.

Conforme disposição expressa do CPC, quando for indeferida a petição inicial por ausência de emenda do autor, embora devidamente intimado, é CORRETO afirmar que caberá

- a) apelação, processada independente da citação do réu, sendo possível a retratação da decisão pelo Juiz.
- b) agravo de instrumento, independente da citação do réu, sendo possível a retratação pelo Juiz.
- c) apelação, processada com a determinação de citação do réu e sem possibilidade de retratação pelo Juiz.
- d) agravo retido, com a determinação de citação do réu, sendo possível a retratação pelo Juiz.

32) DEFENSOR PÚBLICO 2009 - ES – CESPE.

O juiz receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STJ ou do STF, cabendo ao 1. o vice-presidente do tribunal de origem realizar o juízo de admissibilidade.

33) PROCURADOR FUNDAÇÃO ESTADUAL DA SAÚDE - SE - 2009 – CESPE.

Julgue os próximos itens, relativos aos recursos e ao processo cautelar.

O juiz deverá receber recurso de apelação no efeito devolutivo quando interposto contra sentença que esteja em conformidade com súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

34) PROCURADOR/AL - 2008 – FCC.

O recurso de apelação é cabível contra decisão que indefere liminarmente a petição inicial.

35) ADVOGADO JÚNIOR - PETROBRÁS - 2008 – CESGRANRIO.

Durante o julgamento de uma apelação perante uma Câmara Cível, o advogado da Petrobras argúi, de forma inédita, em sua sustentação oral, a inconstitucionalidade de uma lei estadual em face da Constituição Federal. A partir desse ponto, analise as afirmativas abaixo, visando a verificar qual(ais) apresenta(m) hipótese(s) admissível(eis).

I - A arguição de inconstitucionalidade não será apreciada, vez que intempestiva.

II - A Câmara, ouvido o Ministério Público, pode rejeitar a alegação de inconstitucionalidade da norma e reconhecer sua constitucionalidade, prosseguindo o julgamento.

III - A Câmara, ouvido o Ministério Público, pode rejeitar ou acolher a alegação, declarando a inconstitucionalidade da norma.

IV - A Câmara, ouvido o Ministério Público, pode aceitar a alegação, suspender o julgamento e submeter a questão ao Pleno do Tribunal, que poderá declarar a inconstitucionalidade da norma conforme a alegação da parte ou frente a outro dispositivo constitucional.

É(São) admissível(eis) **APENAS** a(s) alternativa(s)

- a) I
- b) III
- c) IV
- d) II e III
- e) II e IV

36) PROMOTOR MPDFT - 2009 28º CONCURSO – FESMPDF.

O recurso de apelação será recebido em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebido só no efeito devolutivo, quando interposto de decisão que:

- a) homologar a demarcação.
- b) julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.
- c) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- d) determinar o levantamento de quantia em dinheiro sem caução idônea.
- e) decidir o processo cautelar.

37) TECNICO EM PROCURADORIA - PGE/PA - 2007 – CESPE.

Quanto aos recursos interpostos contra as decisões proferidas no processo civil, assinale a opção correta.

- a) No caso de interposição de agravo de instrumento, o recorrente deverá comunicar ao juízo prolator a decisão impugnada e requerer a juntada de cópia da petição do agravo aos autos do processo de origem, sob pena de o relator, de ofício, não conhecer do recurso em razão de irregularidade formal.
- b) O efeito devolutivo da apelação possibilita novo julgamento pela instância superior -- órgão ad quem -- nos limites da matéria impugnada, isto é, sem ultrapassar os limites do pedido de nova decisão. Por isso, para que o recurso seja conhecido, o apelante, na petição do recurso, deve apresentar as razões de fato e de direito pelas quais entende deva ser anulada ou reformada a sentença.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar ação cautelar para dar efeito suspensivo a recurso especial, ainda que pendente o juízo de admissibilidade no tribunal de origem.

d) Na sessão de julgamento de qualquer um dos recursos interpostos e das ações originárias dos tribunais, poderá haver sustentação oral, no prazo improrrogável de quinze minutos para cada um dos advogados das partes ou dos intervenientes.

38) JUIZ SUBSTITUTO/MG - 2009 - TJMG/EJEF.

Sobre o recurso de apelação é CORRETO afirmar

- a) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria julgada pelo Juiz.
- b) Ainda que a sentença não a tenha apreciado por inteiro, todas as questões suscitadas e discutidas serão apreciadas pelo Tribunal.
- c) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento, e o juiz acolher apenas um deles, o recurso apenas nesta parte será conhecido e julgado pelo Tribunal.
- d) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, mesmo que provado motivo de força maior.

39) JUIZ DE DIREITO - TJSC – 2007.

É correto afirmar:

- a) Quando o pedido for determinado, tanto as partes quanto o Ministério Público têm interesse de apelar alegando o vício da sentença ilíquida, por se tratar de questão de ordem pública.
- b) A reconvenção é possível nos processos que tenham iniciado sob o procedimento ordinário, mas não naqueles de procedimento especial convertido, ulteriormente, a ordinário, como, por exemplo, a ação monitória.
- c) O juiz pode, em determinados casos, proferir sentença de mérito assim que receber a inicial, liminarmente, sem ouvida do réu.
- d) Nos termos do Código de Processo Civil, as providências preliminares são as que o juiz deve tomar antes de ordenar a citação.
- e) A ação declaratória incidental pode ser promovida apenas pelo réu, cabendo ao autor, se desejar ver declarada existência de relação jurídica acessória, incluir na inicial pedido declaratório adjeto.

40) PROCURADOR DE ESTADO - PGE/ES - 2008 – CESPE.

Contra decisão que indefere uma petição inicial é cabível recurso de apelação, cujo processamento se dá independentemente de citação do réu e com possibilidade de retratação do decidido pelo juiz sentenciante.

41) PROCURADOR/AL - 2008 - FCC.

No recurso de apelação é admitida sua interposição na forma adesiva

42) PROCURADOR/AL - 2008 - FCC.

O recurso de apelação não cabe contra sentença em mandado de segurança.

43) PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - MPRO – 2006.

O recurso de apelação será recebido somente no efeito devolutivo quando oposto a sentença que julgar ação:

- a) de manutenção de posse ou interdito proibitório referentes a posse nova;
- b) condenatória de prestação alimentícia;
- c) de reparação de danos causados em acidente de veículos, processada pelo rito sumário;
- d) de reparação de danos morais, sem repercussão patrimonial, fundamentada no Código de Defesa do Consumidor;
- e) não confirmando os efeitos da tutela.

44) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF2 - 2009 – CESPE.

Acerca dos efeitos da apelação, assinale a opção correta.

- a) Julgados conjuntamente processos cautelar e principal, a apelação deverá ter duplo efeito.
- b) A lei confere ao juiz discricionariedade no juízo de admissibilidade para atribuir efeito suspensivo à apelação.
- c) A apelação de sentença proferida em processo cautelar que condene autarquia federal a pagar vantagens pecuniárias a servidor público será recebida no duplo efeito.
- d) Em execução definitiva de sentença condenatória, a apelação da sentença que julgar improcedentes os embargos à execução opostos pela União será recebida no duplo efeito.
- e) Será recebida no efeito suspensivo a apelação de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela, em parte, mediante juízo de procedência.

45) PROMOTOR DE JUSTIÇA - CE - 2009 – FCC.

O apelante deduziu, como única matéria do recurso, a inconstitucionalidade de lei federal aplicada na sentença. A Câmara julgadora, por maioria de votos, reconheceu a inconstitucionalidade da lei, embora sem declarar expressamente sua inconstitucionalidade e o recurso foi provido, em parte. Nesse caso,

- a) a decisão da Câmara, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade da lei, é nula porque viola a cláusula de reserva de plenário.
- b) como o único fundamento do recurso é a inconstitucionalidade de texto de lei, a Câmara tem competência para decidir desde logo o feito, sem declarar a inconstitucionalidade.
- c) a decisão é nula porque não foi unânime.
- d) a Câmara tem a competência e o dever de declarar expressamente a inconstitucionalidade parcial da lei aplicada na sentença.
- e) a decisão é válida, porque se o único fundamento do recurso é a inconstitucionalidade de texto de lei, inexistindo matéria remanescente a ser decidida, a Câmara deve julgar de imediato para evitar procrastinações.

46) PROCURADOR DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - CEAJUR/DF - 2006 – CESPE.

É cabível o recurso de apelação contra a decisão proferida no julgamento liminar de improcedência da ação, sob o argumento de que a matéria controvertida é unicamente de direito ou, quando for de fato, se no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos. Poderá o juiz prolator da decisão negar seguimento ao recurso quando a sentença estiver em conformidade com as jurisprudências dominantes ou com as súmulas do seu próprio tribunal, do STJ e do STF

47) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5.^a Região - 2005 – CESPE.

A respeito dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais, julgue:

O recurso de apelação devolve ao tribunal toda a matéria efetivamente impugnada. Assim, o pedido do recorrente limita a atuação do tribunal, mas o mesmo não se aplica à fundamentação, podendo o tribunal, ao julgar a apelação, examinar todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha decidido por inteiro.

48) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF 5ªREGIÃO - 2007 – CESPE.

A respeito da súmula vinculante e dos recursos contra as decisões proferidas em processo civil, julgue o item que se segue.

No julgamento de apelação interposta contra sentença que tenha julgado antecipadamente a lide, em razão de ter havido cerceamento de defesa, se o recurso for provido, serão anulados não só a sentença, mas todos os atos processuais decorrentes do ato viciado. Nesse caso, o julgamento da apelação deve prosseguir perante o juízo de segundo grau, podendo o relator determinar a realização de diligências para sanar as irregularidades existentes no processo.

49) DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL/CE - 2008 – CESPE.

Indeferida a petição inicial, por não ter sido emendada pelo autor, o recurso apropriado contra a decisão será a apelação, cujo processamento se dará independentemente de citação do réu, e com possibilidade de juízo de retratação.

50) ESCRIVENTE JUDICIÁRIO - TJGO – 2008.

Assinale a alternativa correta:

- a) Dos despachos de mero expediente cabe recurso de agravo de instrumento.
- b) Na apelação, o prazo para interpor e para responder é de 15 dias.
- c) A interposição de recurso extraordinário e recurso especial impedem a execução da sentença.
- d) O recurso adesivo é desvinculado do recurso principal.

51) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF 5ªREGIÃO - 2007 – CESPE.

Quanto aos procedimentos especiais, julgue o item a seguir.

Em uma ação em que se discute o domínio de um bem imóvel, o possuidor pode alegar a prescrição aquisitiva como matéria de defesa em qualquer fase do processo e em qualquer grau de jurisdição. Assim, é possível o exame da defesa com fundamento na usucapião, ainda que argüida apenas no recurso de apelação.

52) JUIZ AUDITOR MILITAR - TJM/SP – 2007.

Com relação ao recurso adesivo, deve-se ter como inteiramente falsa a assertiva de que

- a) é interponível por qualquer das partes, desde que vencida, em parte, nos seus pedidos, se houver recurso de seu adverso.
- b) está subordinado ao recurso principal, sendo interposto perante o juiz competente para admiti-lo.
- c) só pode ser conhecido quando preparado, salvo nos casos de Justiça Gratuita ou de diferimento.
- d) deve ser interposto nos mesmos prazo e oportunidade da apelação, não estando, porém, sujeito ao pagamento de preparo.
- e) sua interposição deve ser feita no mesmo prazo concedido para apresentação da resposta pelo recorrido.

53) PROCURADOR DO TRABALHO - MPT/PROCURADORIA GERAL – 2008.

Analise as seguintes assertivas:

I - não sendo requerida a execução por quantia certa no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

II – do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação, no prazo de dez dias.

III – O recebimento da impugnação suspende os atos executivos.

V - a decisão que acolhe totalmente a impugnação é recorrível por meio da apelação.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) somente as assertivas I e II estão corretas;
- b) somente as assertivas II e III estão corretas;
- c) somente as assertivas I e IV estão corretas;
- d) somente as assertivas III e IV estão corretas;
- e) não respondida.

54) PROCURADOR FUNDAÇÃO ESTADUAL DA SAÚDE - SE - 2009 – CESPE.

Acerca da organização judiciária do Estado, da competência interna: territorial, funcional e em razão da matéria, julgue o item a seguir.

A decisão que põe termo ao processo, ao excluir da lide os únicos réus que a compõem, deve ser enfrentada por apelação, pois consiste em sentença terminativa e não em decisão interlocutória

55) Exame OAB/SP 2008 - CESPE - edição 135.

Relativamente aos recursos em espécie, assinale a opção correta.

- a) No âmbito dos juizados especiais cíveis, os embargos de declaração, quando interpostos contra sentença, interrompem o prazo para a interposição do recurso inominado.
- b) A apelação interposta contra sentença que confirma a antecipação dos efeitos da tutela não tem efeito suspensivo.
- c) Contra as decisões interlocutórias é cabível, em regra, a interposição de agravo de instrumento.
- d) O Código de Processo Civil não autoriza a interposição de recurso especial e extraordinário na forma retida.

56) PROMOTOR - MS – 2006.

Assinale a alternativa CORRETA

- a) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.
- b) No caso de reexame necessário não cabe ao relator, com respaldo no artigo 557 do Código de Processo Civil, decidi-lo isoladamente.
- c) A apelação será incluída em pauta antes do agravo de instrumento interposto no mesmo processo.
- d) Os embargos de declaração não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

57) EXAME OAB/MG 2008 2ª EDIÇÃO - OAB/MG.

Com relação ao recurso de APELAÇÃO assinale a opção INCORRETA

- a) Será encaminhada ao juiz que proferiu a sentença.
- b) Poderá ser interposta por terceiro prejudicado que não seja parte da ação.
- c) Caso o preparo tenha sido recolhido a menor, o relator de imediato deverá inadmiti-la, por deserção.
- d) Poderá ensejar a resolução do mérito pelo tribunal, caso o feito tenha sido extinto sem essa providência.

58) EXAME DE ORDEM - NACIONAL - 2º 2008 – CESPE.

No que se refere à apelação, assinale a opção correta.

- a) Quando o processo tiver sido extinto sem julgamento de mérito, é defeso ao tribunal julgar desde logo a lide, devendo devolver o processo para julgamento pelo juiz de primeiro grau.
- b) O tribunal apreciará e julgará todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença recorrida não as tenha julgado por inteiro.
- c) Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal sempre devolverá os autos ao juiz prolator da sentença para que este tome medidas que possam saná-las.
- d) Se o pedido ou a defesa possuírem mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não poderá devolver ao tribunal o conhecimento dos demais.

59) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC.

De sentença proferida em ação divisória que julga a pretensão de dividir cabe apelação, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

60) TECNICO EM PROCURADORIA - PGE/PA - 2007 – CESPE.

Regina, menor impúbere, representada por sua genitora, por intermédio da defensoria pública, ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra o DF, alegando que, por defeito na prestação de serviços médicos da rede pública estadual, na ocasião do parto, sofrera danos decorrentes do atraso no atendimento médico, o que lhe causou lesões neurológicas irreversíveis.

A petição inicial foi devidamente instruída com o prontuário médico da autora, bem como com laudo pericial no qual os peritos concluíram que os problemas neurológicos apresentados pela autora - paralisia cerebral e suas conseqüências — se relacionavam com o parto.

A sentença proferida pelo juiz julgou parcialmente procedente o pedido inicial e condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais em R\$ 15.000,00 e ao pensionamento vitalício da autora em 3 salários mínimos mensais, fixando os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação e, em face da sucumbência parcial da autora, as custas processuais foram rateadas em partes iguais. Diante da situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta

- a) O direito brasileiro adota a responsabilidade objetiva do Estado, tanto na ocorrência de atos comissivos como de atos omissivos de seus agentes que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros. Pela referida teoria da reparação integral, basta a ocorrência do evento danoso, ainda que este resulte de caso fortuito ou força maior, para gerar a obrigação do Estado de reparar a lesão sofrida por Regina.
- b) Na hipótese em questão, a verba honorária perfaz o total de R\$ 2.760,00, ou seja, R\$ 1.500,00 -- 10% da indenização por danos morais --, acrescidos de R\$ 1.260,00 -- 10% sobre 12 parcelas da pensão vitalícia devida à autora. Assim, o réu, além de ter de pagar todas as verbas sucumbenciais, deverá depositar os honorários advocatícios fixados em benefício da defensoria pública.
- c) Na situação em apreço, a sentença é nula de pleno direito, por se tratar de sentença ultra petita, pois o juiz condenou o réu ao pagamento de indenização por dano moral e fixou um pensionamento mensal e vitalício, impondo, assim, uma dupla condenação ao Estado pelo mesmo fato e com a mesma natureza reparatória.
- d) Para a eficácia da sentença proferida contra a fazenda pública, exigese que a decisão seja submetida ao reexame necessário. Entretanto, qualquer das partes poderá interpor recurso de apelação, que será recebido em ambos os efeitos.

61) PROCURADOR MUNICIPAL DE SOROCABA/SP - 2008 – VUNESP.

Recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz poderá inovar no processo; recebida só no efeito devolutivo, o apelado poderá promover, desde logo, a execução definitiva da sentença, extraindo a respectiva carta.

Gabarito

1) V	11) V	21) V	31) A	41) V
2) D	12) F	22) A	32) F	42) V
3) C	13) V	23) F	33) F	43) B
4) V	14) C	24) F	34) V	44) C
5) V	15) F	25) V	35) E	45) A
6) B	16) E	26) F	36) D	46) F
7) C	17) D	27) D	37) B	47) V
8) D	18) F	28) B	38) B	48) F
9) V	19) V	29) F	39) C	49) V
10) F	20) F	30) E	40) V	50) B

51) F	55) B	59) V
52) D	56) A	60) D
53) C	57) C	61) F
54) V	58) B	

Gostou?

Este é apenas um dos capítulos do livro *Direito Processual Civil em 2010 Questões de Concursos*

Que pode ser disponibilizado através do e-mail celsoari@hotmail.com, por apenas R\$40,00

É a maior seleção de questões que existe publicada!

EMBARGOS**1) EXAME OAB NACIONAL CESPE 1 2008.**

A respeito dos recursos no processo civil, assinale a opção correta

- Não cabe interposição de recurso ordinário para o STJ contra decisão proferida por juiz que atua em primeiro grau de jurisdição.
- Caso haja sucumbência recíproca, admite-se, na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, nos recursos especial e extraordinário, o recurso adesivo, ao qual se aplicam as mesmas regras do recurso independente.
- Caso o recorrente alegue no recurso de apelação e seja reconhecida a nulidade da citação, o tribunal determinará o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau, o qual, por sua vez, deve determinar a repetição do ato citatório.
- Com a oposição dos embargos de declaração, ocorre a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo se for ele intempestivo.

2) DEFENSOR PÚBLICO - DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL/CE - 2008 - CESPE.

Se, em uma mesma decisão, houver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime e se não forem interpostos embargos infringentes, o prazo para a apresentação dos recursos especial e extraordinário relativos à parte unânime da decisão conta-se a partir do trânsito em julgado do acórdão que poderia ser impugnado por embargos infringentes.

3) TÉCNICO JUDICIÁRIO - TJRR - 2006 - CESPE.

Acerca dos recursos no processo civil, assinale a opção incorreta.

- A oposição de embargos infringentes incabíveis não interrompe o prazo para a interposição de recurso especial ou extraordinário.
- Os recursos podem ser entendidos como o instrumento próprio a propiciar às partes litigantes, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial.
- Como regra geral, se o recurso não for devidamente preparado, ocorrerá a deserção e, como consequência dessa, o recurso não será encaminhado ao tribunal.
- Os embargos de declaração têm como finalidades integrar a decisão e conferir-lhe efeito modificativo para reformar o julgado, ainda quando este não seja omisso ou contraditório.

4) II EXAME - OAB - DF – 2006.

Assinale a alternativa INCORRETA

- não cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial, em cujo julgamento a questão federal, ainda que somente ventilada no voto vencido, atende ao requisito do prequestionamento;
- em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um (1) ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente;
- o réu não tem interesse recursal para argüir o vício da sentença ilíquida, proferida em ação na qual o autor haja formulado pedido certo e determinado;

d) mesmo não sendo parte no processo, o terceiro, esbulhado por ato de apreensão judicial, poderá requerer seja restituído na posse dos bens por meio de embargos, a despeito de ser apenas possuidor e não proprietário.

5) JUIZ SUBSTITUTO/MG - 2009 - TJMG/EJEF.

É CORRETO afirmar que os embargos infringentes:

- a) São cabíveis quando o acórdão unânime houver reformado a sentença em sentido contrário a outros julgamentos da Câmara.
- b) São próprios para que a Câmara julgadora possa redefinir o julgamento não unânime que tenha reformado a sentença em seu mérito.
- c) Propiciam aos desembargadores que participaram da turma julgadora do acórdão conhecer de toda a matéria deste constante e, aos demais, a matéria embargada.
- d) São incabíveis em face de julgamento, não unânime, que acolhe o pedido rescindendo.

6) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5.ª Região - 2005 – CESPE.

A respeito dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais, julgue:

Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. No entanto, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão, pode o acórdão de embargos proceder a correção do julgado anterior.

7) PROCURADOR - AGU - 2007 – CESPE.

Conforme a jurisprudência atual, tanto do STF quanto do STJ, esses embargos são oponíveis, respeitados os demais pressupostos de admissibilidade, em face de acórdão proferido em julgamento de agravo interposto contra decisão monocrática em recurso extraordinário e especial, respectivamente

8) EXAME OAB/MG 2008 2ª EDIÇÃO - OAB/MG.

Considerando os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, assinale da opção INCORRETA:

- a) Poderão ser opostos tanto pela parte vencida, quanto pela parte vencedora.
- b) Dispõe a parte o prazo de 05 dias para a sua oposição.
- c) Sua oposição, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais Cíveis - Lei 9.099/95, contra sentença, interrompe o prazo para a interposição do recurso seguinte.
- d) Serão admitidos quando o acórdão contiver contradição, omissão ou obscuridade.

9) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, e o efeito suspensivo valerá tanto para o embargante quanto para a parte contrária e para terceiros prejudicados.

10) PROCURADOR - DF - 2007 – ESAF.

É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra acórdão proferido no tribunal de origem

11) TABELIÃO - TJDF - 2008 – CESPE.

Cabem embargos infringentes contra acórdão não-unânime que, em grau de recurso extraordinário, reformar o resultado da apelação.

12) JUIZ DE DIREITO - TJDF - 2007.

Assinale a alternativa correta, considerando doutrina e jurisprudência prevalentes, na questão a seguir:

Os embargos à execução:

- a) devem ser ofertados no prazo de dez dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;
- b) devem ser ofertados no prazo de dez dias, contados da data da intimação da penhora;
- c) devem ser ofertados no prazo de quinze dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;
- d) devem ser ofertados no prazo de quinze dias, contados da data da intimação da penhora.

13) ADVOGADO - 2008 - TRANSBETIM - MG – FUMARC.

Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e houver interposição de _____, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão _____. À luz do Código de Processo Civil brasileiro em vigor, assinale a alternativa que completa corretamente o dispositivo acima:

- a) agravo de instrumento/ do agravo.
- b) embargos infringentes / nos embargos.
- c) embargos declaratórios / nos embargos.
- d) embargos de divergência / nos embargos.

14) PROCURADOR - AGU - 2007 – CESPE.

A prova da autenticidade do acórdão parâmetro de dissídio nos embargos de divergência, por consequência de recentes reformas do CPC, pode dar-se pela citação de repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou, ainda, pela reprodução de julgado disponível na Internet, com a indicação da respectiva fonte

15) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TJDFT - 2008 – CESPE.

Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente a ação rescisória.

16) JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - TJRR – 2008 – FCC.

Defesa do devedor.

- I. Os embargos do devedor na execução de título extrajudicial independem de prévia garantia do juízo, deverão ser propostos no prazo de quinze dias contados da juntada aos autos do mandado de citação da execução e ordinariamente não suspendem o andamento desta.
 - II. A impugnação ao cumprimento de sentença independe de prévia garantia do juízo e nunca sus pende o andamento de sua execução.
 - III. A impugnação do devedor contra execução provisória da sentença somente será recebida se o embar gante oferecer caução idônea.
 - IV. Os embargos do devedor na execução fiscal deverão ser opostos no prazo de trinta dias contados da intimação da penhora.
 - V. Os embargos à arrematação poderão questionar a legalidade da penhora, se esta tiver sido efetivada após a oposição dos embargos do devedor.
- a) I, II e V estão corretas.
 - b) I, III e IV estão corretas.
 - c) I, IV, e V estão corretas.
 - d) II, III e IV estão corretas.
 - e) II, III e V estão corretas.

17) JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - TJPI - 2007 – CESPE.

Quanto aos recursos interpostos contra as decisões proferidas no processo civil, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o princípio da proibição de reforma para pior, o recurso interposto poderá beneficiar ao recorrente, sem, contudo, agravar a situação de quem não recorreu, sob pena de violação do princípio dispositivo.
- b) Os agravos, na forma retida ou por instrumento, passaram a ser interpostos diretamente perante o juízo ad quem, por isso não mais subsiste a possibilidade do juízo de retratação, isto é, de se rever a decisão agravada, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior.
- c) A interposição dos embargos de declaração, ainda que não sejam conhecidos por serem intempestivos ou inadmissíveis, interrompe os prazos para a interposição de outros recursos, inclusive para que a outra parte intente embargos de declaração contra o mesmo acórdão, até o trânsito em julgado da decisão nele proferida.
- d) Os embargos infringentes são cabíveis para fazer prevalecer a conclusão do voto vencido, podendo o embargante utilizar-se de outro fundamento além ou diferente daquele que embasou o referido voto. Os limites de sua devolução são aferidos a partir da diferença havida entre a conclusão dos votos vencedores e do vencido no julgamento da apelação ou da ação rescisória.
- e) Com fundamento no princípio da celeridade processual, quando houver sucumbência recíproca, poderá o pedido de reforma parcial da decisão ser feito na mesma peça de contrarrazões da parte contrária. Nesse caso, deve o recorrente requerer, além da reforma da decisão, sua manifestação como recurso adesivo.

18) JUIZ SUBSTITUTO - TJSE - 2008 – CESPE. Assinale a opção correta a respeito dos recursos contra as decisões proferidas no processo civil

- a) São incabíveis embargos de declaração utilizados com a finalidade de instaurar nova discussão acerca de controvérsia jurídica já apreciada ou com o escopo de rever decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência, do resultado final.

b) O princípio da proibição da reforma para pior não se aplica ao julgamento dos recursos de sentença na qual ocorre a sucumbência recíproca dos litigantes, pois, nesses casos, toda matéria é devolvida ao tribunal, que pode reformar a decisão para pior contra o único recorrente.

c) O autor, o réu e o Ministério Público, nos feitos em que atue como parte ou como fiscal da lei, têm interesse recursal para interpor apelação, ainda que a sentença seja terminativa.

d) Na ação de acidente de trabalho, em que o segurado estiver assistido por advogado, o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer da sentença de procedência proferida nessa ação.

e) Em decisão irrecorrível, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de tribunal superior.

19) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STJ - 2008 – CESPE.

Não cabem embargos de divergência em relação a questão já pacificada em repetidos julgados, firmando-se a orientação jurisprudencial do tribunal no mesmo sentido do acórdão embargado

20) PROCURADOR - DF - 2007 – ESAF.

São cabíveis embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento, que não admite o recurso especial.

21) JUIZ DE DIREITO - TJDFT - 2007.

Os embargos de terceiro

a) podem ser contestados no prazo de 10 (dez) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude contra credores;

b) podem ser contestados no prazo de 10 (dez) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude à execução;

c) podem ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude contra credores;

d) podem ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, cabendo, em regra, a argüição de fraude à execução.

22) TABELIÃO - TJDF - 2008 – CESPE.

O prazo para a interposição dos embargos de declaração é o mesmo previsto para a apelação

23) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF 5ª REGIÃO - 2007 – CESPE.

Quanto aos procedimentos especiais, julgue o item a seguir.

Os embargos de terceiro objetivam a reintegração ou a manutenção do terceiro na posse da coisa apreendida, razão pela qual eles se restringem à questão possessória, sendo-lhes estranha qualquer discussão sobre o domínio da coisa apreendida por determinação judicial.

24) PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL - PGFN - 2007 – ESAF.

No que se refere aos embargos infringentes, é incorreto afirmar que:

a) são cabíveis embargos infringentes quando o tribunal, ao julgar a apelação, dela conheça e lhe dê provimento ou não com fundamento em error in iudicando.

b) são cabíveis embargos infringentes nas hipóteses em que houver reforma de sentença de mérito por acórdão não unânime em apelação ou de julgamento de procedência do pedido formulado em ação rescisória por acórdão não unânime.

c) na hipótese de Tribunal julgar o mérito, não se aplica o critério de dupla sucumbência, segundo o qual a parte vencida por um julgamento não-unânime em apelação não terá direito aos embargos infringentes se houver sido vencida também na sentença.

d) nem sempre é meramente terminativo o acórdão que julga apelação contra sentença terminativa, eis que, nos termos do § 3º do art. 515, "nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento".

e) são incabíveis embargos infringentes quando o tribunal, ao julgar a apelação, concede provimento com fundamento em error in procedendo, posto que nessa hipótese não haveria reforma da sentença, mas sim sua anulação.

25) DEFENSOR PÚBLICO - PI - 2009 – CESPE.

A 1.ª Câmara Especializada Cível do TJ/PI, em acórdão não unânime, reformou, em grau de apelação, sentença de mérito que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais proposto por João em face de Caio. O voto vencido entendia pela manutenção da sentença de improcedência, em razão da

contundência da prova testemunhal. Após a intimação do acórdão, Caio interpôs recurso de embargos infringentes, e as câmaras reunidas cíveis, ultrapassando o juízo de admissibilidade recursal, decidiram de ofício por extinguir o processo, sem julgamento de mérito, pela falta de uma das condições da ação. Nessa situação hipotética, as câmaras reunidas cíveis

- a) podem analisar de ofício as condições da ação, apesar de o recurso de embargos infringentes possuir efeito devolutivo limitado ao voto vencido, desde que ultrapassado o juízo de admissibilidade, em razão do efeito translativo do recurso.
- b) não podem analisar de ofício as condições da ação, uma vez que os embargos infringentes têm extensão limitada ao voto vencido.
- c) não poderiam ultrapassar o juízo de admissibilidade do recurso interposto, uma vez que os embargos infringentes só têm cabimento quando o acórdão não unânime houver julgado procedente ação rescisória.
- d) não poderiam ultrapassar o juízo de admissibilidade do recurso interposto, uma vez que a espécie recursal cabível seria o recurso extraordinário.
- e) não poderiam ultrapassar o juízo de admissibilidade do recurso interposto, uma vez que a espécie recursal cabível seria o recurso especial.

26) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO AGU 2008 – CESPE.

Acerca dos recursos e da ação rescisória previstos no CPC, julgue o item.

Em regra, não existe contraditório nos embargos de declaração, uma vez que é recurso destinado a suprir omissão, obscuridade ou contradição da decisão recorrida. Parte majoritária da doutrina e da jurisprudência, entretanto, entende pela necessidade de intimação da outra parte para apresentação de contrarrazões, caso os embargos tenham sido interpostos visando a efeitos modificativos, também chamados infringentes

27) EXAME DE ORDEM - OAB/SP 134º - 2008 – CESPE.

A oposição de embargos de declaração contra acórdão que julgou apelação determina:

- a) a suspensão do prazo para a interposição de outros recursos.
- b) a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos.
- c) a fluência do prazo para a interposição de outros recursos.
- d) o trânsito em julgado.

28) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - TST - 2008 – CESPE.

As decisões proferidas por juiz singular, em regra, são recorríveis por meio de embargos, agravo de instrumento e apelação. A esse respeito, julgue o item:

Uma vez distribuído o agravo de instrumento a um relator, o magistrado prolator da decisão agravada não mais poderá reformá-la em juízo de retratação.

29) PROCURADOR - MP/GOIÁS – 2008.

Os Embargos Infringentes:

- a) discutem a decisão em toda sua amplitude;
- b) cabem contra decisão não unânime proferida no julgamento do Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Apelação;
- c) cabem contra decisão não unânime proferida no julgamento de Apelação e Ação Rescisória;
- d) só cabem contra decisões dos tribunais superiores.

30) JUIZ DE DIREITO - TJAC - 2007 – CESPE.

Acerca dos embargos de terceiro, segundo a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- a) Aquele que sofrer turbação na posse de seus bens por ato de apreensão judicial determinada no processo de conhecimento ou de execução do qual não seja parte poderá opor embargos de terceiros, visando à liberação do bem constrito. Esses embargos têm natureza repressiva, não se prestando, portanto, como interdito proibitório contra ato judicial. Por isso, o terceiro terá de demonstrar a efetiva apreensão judicial para, só depois, ajuizar a ação.
- b) O credor hipotecário poderá, a qualquer tempo, no processo de execução, opor embargos de terceiro contra a arrematação de imóvel gravado com hipoteca; portanto, poderá fazê-lo mesmo depois da assinatura da respectiva carta, desde que comprove que não foi intimado da realização da praça.
- c) Aquele que exercer a posse sobre o imóvel objeto de ação de reintegração de posse dispõe da ação de embargos de terceiros para se opor ao cumprimento do mandado. O prazo para a oposição dos embargos de terceiro que não fez parte do processo nem tinha conhecimento dele inicia-se na data da efetiva turbação de sua posse sobre o referido bem.
- d) Nos embargos de terceiro, são discutidas as questões referentes à defesa da posse ou da propriedade de coisa do embargante que seja objeto litigioso de uma relação jurídica discutida em processo pendente

ou contra execuções alheias. Pode, para isso, o terceiro requerer o reconhecimento de seu direito sobre a coisa disputada pelos litigantes e, ainda, a nulidade da sentença que determinou o esbulho e a liberação do bem da apreensão judicial.

31) ANALISTA DE ATIVIDADES MEIO AMBIENTE (ADVOGADO) - IBRAM/DF – CESPE.

Com relação ao recurso de embargos infringentes, à legitimidade das partes, à competência dos órgãos jurisdicionais e às exceções processuais como modalidades de resposta do réu, julgue:
Considere que um acórdão não unânime tenha reformado, em grau de remessa necessária, a sentença de mérito que impôs a condenação da fazenda pública ao pagamento de quantia certa. Nessa situação, segundo a jurisprudência do STJ, seria cabível a interposição do recurso de embargos infringentes para impugnar a decisão colegiada.

32) PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2009 – FCC.

É cabível a apresentação de embargos de declaração para dirimir dúvida constante em acórdão prolatado por Turma de Colégio Recursal de Juizado Especial Cível Estadual.

33) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

São cabíveis embargos infringentes contra decisão que julga procedente, por maioria de votos, ação cautelar de competência originária do tribunal.

34) PROCURADOR JUDICIÁRIO - PREF.RECIFE/PE - 2008 - CARLOS CHAGAS.

Os embargos infringentes serão admissíveis para impugnar acórdão

- a) unânime, em grau de apelação, sempre que houver reforma da sentença de mérito.
- b) que julgar procedente ou improcedente ação rescisória.
- c) não unânime, em grau de apelação, havendo ou não reforma da sentença de mérito.
- d) não unânime, em grau de apelação, sempre que houver reforma da sentença de mérito.
- e) unânime, em grau de apelação, havendo ou não reforma da sentença de mérito.

35) ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA - MPRS – 2008 –FCC.

Cabem embargos infringentes quando o acórdão

- a) não unânime houver reformado, em grau de recurso especial, acórdão proferido anteriormente, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- b) não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- c) não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.
- d) unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.
- e) não unânime houver reformado, em grau de recurso extraordinário, acórdão proferido anteriormente, ou houver julgado improcedente ação rescisória.

36) ADVOGADO - PREF.OLINDA - PE - 2008 – UPENET.

Em relação aos Recursos Cíveis, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem efeito meramente devolutivo.
- b) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- c) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento, caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente bem como constar do respectivo termo, nele expostas sucintamente as razões do agravante.
- d) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito ou houver julgado improcedente ação rescisória.
- e) Dos despachos, não cabe recurso.

37) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STJ - 2008 - CESPE

Os embargos de divergência devem ser opostos contra decisões proferidas pelas turmas, sendo que, em caso de divergência entre uma turma do STJ e uma turma do STF, o julgamento do recurso caberá ao Plenário do STF.

38) ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS - TJDFT - 2008 – CESPE.

Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado improcedente a ação rescisória.

39) PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2009 – FCC.

Cabe a interposição de embargos infringentes contra acórdão que reforma sentença de mérito, por maioria de votos, apenas para modificar o percentual de condenação em honorários advocatícios.

40) ADVOGADO - SGA - AC - 2008 – CESPE. Os embargos de declaração procrastinatórios dão ensejo à multa cominada por litigância de má-fé, no valor de 1% sobre o valor da causa, salvo em caso de reiteração, quando a multa se eleva a até 10% desse valor.

41) PROCURADOR MUNICIPAL DE NATAL/RN - 2008 – CESPE.

Em ação ordinária, foi proferida sentença que condenou Pedro a pagar a Maria R\$ 5.000,00 a título de danos materiais e R\$ 2.000,00 a título de danos morais. Pedro, inconformado, interpôs apelação. O tribunal, por maioria de votos, deu parcial provimento à apelação, mantendo apenas a condenação ao ressarcimento dos danos materiais. Nessa situação hipotética, caso Maria queira recorrer da decisão do tribunal, seu advogado deverá:

- a) interpor agravo interno.
- b) interpor embargos infringentes.
- c) interpor nova apelação.
- d) pedir ao colegiado que reconsidere a decisão, antes de interpor qualquer recurso.

42) OAB - AL - CESPE - 2008 - EDIÇÃO 1.

A respeito dos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

- a) Não cabe interposição de recurso ordinário para o STJ contra decisão proferida por juiz que atua em primeiro grau de jurisdição.
- b) Caso haja sucumbência recíproca, admite-se, na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, nos recursos especial e extraordinário, o recurso adesivo, ao qual se aplicam as mesmas regras do recurso independente.
- c) Caso o recorrente alegue no recurso de apelação e seja reconhecida a nulidade da citação, o tribunal determinará o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau, o qual, por sua vez, deve determinar a repetição do ato citatório.
- d) Com a oposição dos embargos de declaração, ocorre a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo se for ele intempestivo.

43) PROCURADOR - AGU - 2007 – CESPE.

Tendo os embargos de terceiro natureza de ação, a sua propositura, por parte da União, entidade autárquica ou empresa pública federal, determina a competência *ratione personae*, que detém caráter absoluto e inderrogável da justiça federal

44) PROCURADOR - DF - 2007 - ESAF .

Cabem embargos infringentes, quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente a ação rescisória.

45) OAB - AC - CESPE - 2008 - Edição 1.

A respeito dos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

- a) Não cabe interposição de recurso ordinário para o STJ contra decisão proferida por juiz que atua em primeiro grau de jurisdição.
- b) Caso haja sucumbência recíproca, admite-se, na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, nos recursos especial e extraordinário, o recurso adesivo, ao qual se aplicam as mesmas regras do recurso independente.
- c) Caso o recorrente alegue no recurso de apelação e seja reconhecida a nulidade da citação, o tribunal determinará o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau, o qual, por sua vez, deve determinar a repetição do ato citatório.
- d) Com a oposição dos embargos de declaração, ocorre a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo se for ele intempestivo.

46) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5.ª Região - 2005 – CESPE.

A respeito dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais, julgue:

São cabíveis embargos infringentes contra decisão não unânime proferida em agravo de instrumento, quando nesse for decidida matéria de mérito e decretada a extinção do processo

47) PROCURADOR MUNICIPAL DE SOROCABA/SP - 2008 – VUNESP.

Cabem embargos infringentes quando acórdão unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.

Gabarito

1) D	11) F	21) B	31) F	41) B
2) V	12) C	22) F	32) F	42) D
3) D	13) B	23) F	33) F	43) V
4) A	14) V	24) A	34) D	44) V
5) B	15) F	25) A	35) B	45) D
6) F	16) C	26) V	36) D	46) V
7) V	17) D	27) B	37) F	47) F
8) C	18) A	28) F	38) F	
9) F	19) V	29) C	39) F	
10) V	20) F	30) C	40) F	

GENERALIDADE SOBRE RECURSOS

1) ANALISTA JUDICIÁRIO 2009 - TRT/17ª REGIÃO – CESPE.

A respeito das disposições gerais dos recursos, julgue os itens a seguir.

A lei enumera todos os recursos admitidos no processo, contudo, veda a interposição de duas espécies diversas de recurso contra a mesma decisão, não por força da enumeração taxativa dos recursos, mas, sim, por força da, assim chamada, unirecorribilidade ou singularidade.

2) ASSESSOR JURÍDICO TJPR – 2007.

Marque a alternativa correta.

- O agravo retido depende de preparo, sob pena de deserção.
- Das decisões do Superior Tribunal de Justiça, de última ou única instância, que contrariam dispositivo da Constituição da República, cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- Somente as partes do processo têm legitimidade recursal.
- Cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos Tribunais.

3) PROMOTOR DE RONDÔNIA/RO - 2008 – CESPE.

Ainda no que tange a recursos, assinale a opção correta.

- É permitida a *reformatio in pejus* no reexame necessário.
- Segundo o entendimento do STF, admite-se a interposição de embargos infringentes no processo de reclamação constitucional quando a decisão de mérito não for unânime.
- A apelação interposta contra sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem tem efeito suspensivo.
- Segundo o entendimento do STJ, não cabem embargos de divergência contra acórdão que, em sede de agravo regimental, decide recurso especial.
- O acórdão proferido em mandado de segurança, decidido em única ou última instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos estados ou do DF, que simplesmente negue o pedido liminar, confirmando a decisão monocrática do relator, em julgamento de agravo regimental, não pode ser impugnado por recurso ordinário.

4) II EXAME - OAB - NACIONAL - CESPE – 2007.

Acerca dos recursos cíveis, assinale a opção correta

- A divergência entre julgados do mesmo tribunal enseja a interposição de recurso especial.
- A possibilidade da interposição cumulativa de recursos ofende o princípio da unicidade do recurso.

- c) A interposição do recurso munido de efeito suspensivo prolonga a ineficácia da decisão recorrida, salvo se o relator suspender tal efeito.
- d) O órgão judicial ad quem, ao concluir o exame do mérito recursal, deve julgar admissível ou inadmissível o recurso interposto.

5) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Acerca do juízo de mérito dos recursos, julgue:

Diz-se haver error in procedendo quando ocorre infração a norma de procedimento em prejuízo das partes, de modo que o recurso de agravo é o mais adequado a sua correção, sendo, inclusive, inviável pretender corrigir error in iudicando por meio dessa modalidade recursal.

6) PROMOTOR DE JUSTIÇA/BA - 2008 - MPE/BA.

Em se tratando de recursos em espécie, marque a alternativa incorreta:

- a) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- b) No julgamento de recurso extraordinário por amostragem, o Supremo Tribunal Federal - STF, ao analisar a existência ou não de repercussão geral, admitirá amicus curiae.
- c) Decisão liminar proferida pelo relator em agravo de instrumento, que concede efeito suspensivo à decisão atacada ou antecipa total ou parcialmente a pretensão recursal, não é passível de recurso, podendo ser modificada apenas por pedido de reconsideração endereçado ao relator.
- d) A interposição de recurso extraordinário está condicionada ao prévio esgotamento dos recursos ordinários, inclusive embargos infringentes.
- e) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.

7) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC.

É um pressuposto subjetivo de admissibilidade recursal o interesse.

8) EXAME OAB/MG 2008 1ª EDIÇÃO - OAB/MG.

Sobre recursos cíveis, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- b) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- c) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer.
- d) Dos despachos não cabe recurso.

9) PROCURADOR - DF - 2007 – ESAF.

O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário

10) PROCURADOR DE CONTAS - RR - 2008 – FCC.

Contra a decisão do Relator que não admitir os embargos infringentes caberá agravo que deverá ser interposto no prazo de

- a) 48 horas.
- b) 03 dias.
- c) 05 dias.
- d) 10 dias.
- e) 15 dias.

11) PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS - 2009 – CESPE.

Considere que, proferida sentença de mérito em determinado processo no qual as duas partes — locador e locatário — discutiam um pedido de despejo, o sublocatário, no prazo legal, interponha apelação invocando a sua posição de terceiro prejudicado. Em face dessas considerações e tendo em conta a disciplina dos recursos prevista no CPC, assinale a opção correta.

- a) Considerando que o terceiro prejudicado não participou da relação jurídica processual da qual se originou a sentença, o seu prazo para interposição do recurso será contado do primeiro ato de execução da ordem de despejo.
- b) A condição de terceiro prejudicado do apelante confere a este a possibilidade de, em sua peça recursal, alegar fato novo, independentemente da ocorrência, ou não, de motivo de força maior capaz de impedir que as partes originais do processo o tivessem feito antes da sentença.
- c) Dispensa-se o preparo da apelação por parte do terceiro prejudicado, impondo-se o posterior recolhimento à parte em favor de quem o recurso interposto favoreça, sendo este uma condição para o exame do recurso.

d) Quando trata da possibilidade da interposição de recurso pelo terceiro prejudicado, a lei processual amplia a noção do interesse necessário à configuração dessa posição processual, de modo a abranger até mesmo o interesse simplesmente moral no resultado do processo.

e) Do mesmo modo que as partes do processo, o terceiro prejudicado somente poderá invocar direito superveniente ou matéria sobre a qual o juiz deva se pronunciar de ofício, sendo vedado invocar o chamado *ius novorum*

12) PROMOTOR MPDFT - 2009 28º CONCURSO – FESMPDF.

Sobre a petição de recurso, assinale a alternativa incorreta

a) Quando o recurso extraordinário fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação de repositório de jurisprudência.

b) A petição do RESP conterá a demonstração do cabimento do recurso interposto.

c) As petições do RE e do RESP serão interpostas perante o Desembargador Relator do acórdão recorrido.

d) As razões do pedido de reforma da decisão recorrida são requisitos da petição.

e) A petição conterá os requisitos do Código de Processo Civil e da Constituição Federal.

13) JUIZ SUBSTITUTO RIO GRANDE DO SUL - RS - 2009 TJRS.

Considere as assertivas abaixo sobre recursos.

I - A admissibilidade do recurso interposto pelo terceiro interessado depende da demonstração do nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.

II - Estando em termos a petição inicial, sendo a matéria controvertida unicamente de direito e se, no juízo, já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anterior, hipótese em que, se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

III - Nas hipóteses de prisão civil, adjudicação, interdição, remição de bens e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, poderá o relator, a requerimento do apelante, suspender o cumprimento da sentença até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.

Quais são corretas?

a) Apenas I

b) Apenas II

c) Apenas III

d) Apenas I e III

e) I, II e III

14) OAB - DF - 2006 - EXAME III.

Assinale a alternativa CORRETA: Sobre o duplo grau de jurisdição obrigatório não é possível afirmar:

a) a Fazenda Pública, mesmo que tenha sido revel pode alegar prescrição para que a matéria seja apreciada pelo Tribunal;

b) o reexame necessário envolve questão de alçada;

c) o princípio do *tantum devolutum quantum appellatum* não é aplicável às hipóteses de reexame necessário;

d) o princípio da proibição da *reformatio in peius* não é aplicável às hipóteses de reexame necessário quando se tratar de majoração de verba honorária.

15) DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - AL - 2009 – CESPE.

Acerca dos recursos previstos no CPC, julgue o próximo item. 63 A lei enumera taxativamente os recursos admissíveis no processo civil e prevê um tipo de recurso para cada tipo de decisão, sendo uma característica comum a estes a capacidade de ensejarem reforma, invalidação, esclarecimento ou integração da decisão judicial impugnada. Contudo, mesmo que se constate ser possível que um simples pedido de reconsideração enseje a reforma de uma decisão também passível de agravo, essa possibilidade não representa quebra dos princípios da taxatividade e da singularidade dos recursos.

16) JUIZ SUBSTITUTO PA - 2009 – FGV.

Caio Túlio, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua do Bispo nº 100, Belém/PA, estabelece contrato de compra e venda de um bem imóvel, mediante o pagamento de cinquenta prestações, mensais e sucessivas, com Marco Aurelio Comodo, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua da Matriz nº 1000, Belém/PA. Em uma das cláusulas contratuais ficou estabelecido o pagamento da prestação até o

quinto dia útil de cada mês

subsequente. Surgem dúvidas quanto ao local do pagamento, não ocorrendo a conciliação extrajudicial.

Orientado por

advogado, o adquirente do imóvel propõe ação de Consignação em Pagamento, com o fito de depositar todos os valores devidos em Juízo. O depósito inicial é realizado, bem como os pertinentes aos seis meses subsequentes à distribuição da peça exordial. Após tal período, não mais existem depósitos apresentados. O réu foi regularmente citado e apresentou contestação, não formulando reconvenção e nem propondo ação de cobrança ou de rescisão contratual. Após a constatação de que o autor havia paralisado os depósitos das prestações vincendas, requereu o réu a extinção do processo, sem exame de mérito, caracterizada a falta de interesse, o que foi rejeitado pelo magistrado, que, a seguir, proferiu sentença de procedência do pedido. Houve recurso, improvido. Em seguida, novo recurso, inadmitido na origem e provido mediante agravo, por decisão proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Observadas tais circunstâncias, analise as afirmativas a seguir.

I. No caso concreto, o recurso ofertado contra sentença seria recebido no duplo efeito, impedindo a execução provisória.

II. O recurso indicado no texto e adequado contra a decisão que negou provimento ao recurso que atacou a sentença

seria o especial ou o extraordinário.

III. A inadmissão do recurso especial na origem implica a formação de coisa julgada.

IV. Na ação de consignação em pagamento os depósitos das prestações vincendas não acarretam falta de interesse.

V. Pendente recurso especial, é possível a execução provisória do julgado.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente as afirmativas III e V estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.

17) PROCURADOR ESTADUAL/ES - 2009 – CESPE.

Quanto a recursos e a outros meios de impugnação das decisões judiciais, julgue o item que se segue.

O recurso que não é conhecido por lhe faltar alguma das condições de admissibilidade faz que se tenha a decisão impugnada como transitada em julgado no momento em que se verificou a causa do não-conhecimento do recurso.

18) JUIZ SUBSTITUTO - SC - 2009 – TJSC.

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção independentemente de intimação.
- b) Cabe agravo na forma retida da decisão que não admite a apelação.
- c) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo, imediatamente, na forma retida ou por instrumento no prazo de dez dias, quando se tratar de decisão suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação.
- d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido, desistir do recurso.
- e) Decisão além ou fora do pedido é passível de interposição de embargos de declaração apenas quando resultar contradição.

19) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC (Questão adaptada).

É um pressuposto subjetivo de admissibilidade recursal a tempestividade.

20) PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - MPE/PR -2008.

Em matéria de recursos é correto afirmar:

- a) O efeito translativo opera-se independente da expressa manifestação de vontade do recorrente ou do recorrido, permitindo ao tribunal julgar fora do que consta nas razões ou contra-razões e apreciar matéria não decidida pelo juízo a quo, posto que referente a questões de ordem pública.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da parte contrária e, portanto, diante de tal característica, deixa o ato de disposição de poder ser considerado potestativo.
- c) Os prazos recursais, ao contrário dos demais, não se sujeitam a causas de suspensão e de interrupção.
- d) O efeito devolutivo adia a produção imediata dos efeitos da decisão, pois impede a eficácia do pronunciamento judicial até que a decisão ou o próprio recurso dele interposto transite em julgado.

e) O efeito suspensivo consiste em transferir ao órgão *ad quem* o conhecimento da matéria julgada em grau inferior de jurisdição.

21) PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2009 – FCC.

Cabe a impetração de mandado de segurança contra a decisão do relator no Tribunal de Justiça, que converte o agravo de instrumento em retido.

22) PROMOTOR DE JUSTIÇA/MG - 2008 - MP/MG.

Assinale a resposta INCORRETA. O juiz de primeiro grau, regularmente provocado, pode retratar-se do ato judicial que:

- a) antes da citação do réu, fundado em precedentes sobre casos idênticos envolvendo matéria unicamente de direito e decididos no juízo em que atua, julga improcedente o pedido.
- b) no procedimento comum ordinário, indefere de plano a petição inicial.
- c) homologa pedido de desistência de recurso.
- d) nega seguimento a recurso de apelação.
- e) recebe petição inicial de ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

23) DEFENSOR PÚBLICO - DPE/PA - 2006 – UNAMA.

Considere as seguintes afirmações em matéria de recursos:

I. O recorrente, a qualquer tempo, somente poderá desistir do recurso interposto com a anuência do recorrido.

II. A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de 5 dias.

III. Da decisão do juiz de relevar a deserção, após ter o apelante provado justo impedimento, fixando-lhe prazo para efetuar o preparo, cabe agravo de instrumento.

IV. Não sendo admitido o recurso extraordinário, caberá agravo de instrumento no prazo de 10 dias para o Supremo Tribunal Federal e, caso este agravo de instrumento não seja admitido pelo relator, caberá agravo no prazo de 5 dias ao órgão competente para o julgamento do recurso.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV.
- b) III e IV.
- c) I.
- d) II e IV

24) EXAME OAB/MG 2008 3ª EDIÇÃO.

Maria ajuizou ação de reparação por danos materiais contra o Estado de Minas Gerais. Considerando este fato, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O réu, que poderá ser citado por carta com aviso de recebimento, disporá de prazo em quádruplo para contestar a ação.
- b) Caso haja determinação do fechamento do fórum antes da hora normal no último dia do prazo para protocolizar a contestação, o Estado de Minas Gerais deverá peticionar requerendo a dilação do prazo, que terá o dia final fixado pelo juiz.
- c) Condenado o Estado ao pagamento de indenização no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), como regra geral, mesmo não havendo interposição de recurso pelo vencido, os autos serão remetidos ao Tribunal de Justiça e a sentença somente produzirá efeito após confirmada pela Segunda Instância.
- d) Em sendo procedente o pedido de Maria, esta, após o trânsito em julgado da sentença, poderá iniciar a execução da decisão, indicando um bem da Fazenda Pública Estadual, para penhora.

25) PROMOTOR - RN - 2009 – CESPE.

No que concerne aos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

- a) O reexame necessário possui natureza jurídica de recurso.
- b) A dimensão horizontal do efeito devolutivo refere-se ao objeto do recurso.
- c) Havendo recurso de apelação, diante do silêncio da parte recorrida, as questões de ordem pública são transferidas ao tribunal em razão do efeito devolutivo.
- d) Admite-se a interposição do agravo de instrumento na forma de recurso adesivo.
- e) O efeito expansivo subjetivo diz respeito à dimensão do pedido recursal da parte recorrente.

26) ANALISTA JUDICIÁRIO 2009 - TRT/17ª Região – CESPE.

A respeito das disposições gerais dos recursos, julgue o item a seguir.

Desde o Código de Processo Civil de 1939, admite-se a chamada fungibilidade dos recursos, de modo que hoje, mesmo não havendo mais disposição específica acerca do tema, a interposição equivocada de um recurso por outro poderá ser desconsiderada quando houver ausência de erro grosseiro decorrente de dúvida objetiva. Isso autoriza que se tome uma apelação por agravo de instrumento se houver, por exemplo, divergência doutrinária acerca de qual dos recursos é cabível no caso.

27) ASSESSOR JURÍDICO TJPR – 2007.

Marque a alternativa correta.

- a) Cabem embargos infringentes quando acórdão não unânime reformar, em grau de apelação, a sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito.
- b) Da decisão do plenário que resolve o incidente de inconstitucionalidade cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- c) A apelação será recebida apenas no efeito devolutivo quando interposta de sentença que julgar improcedentes embargos à execução.
- d) Cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

28) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Em ação promovida por três pessoas contra outras duas, em que o MP atuou em razão do evidente interesse público envolvido, foi proferida sentença de procedência parcial. Considerando essa situação hipotética, quanto à interposição dos recursos cabíveis.

Mesmo que haja litisconsórcio necessário e unitário entre as partes que compõem o polo passivo, o fato de uma parte ser representada pela defensoria pública e outra por advogado não dobra o prazo recursal para ambas as partes.

29) 3º EXAME DA OAB - 2009 (NACIONAL) – CESPE.

Com relação aos recursos, assinale a opção correta.

- a) Se o relator deferir, em antecipação de tutela, a pretensão recursal, da decisão caberá agravo.
- b) O recorrente pode desistir, parcial ou totalmente, do recurso interposto.
- c) Caberá apelação da decisão do juiz singular que excluir da lide uma das partes, por ilegítima, prosseguindo o processo em relação à outra.
- d) Do acórdão que reformar sentença terminativa, por maioria de votos, caberão embargos infringentes.

30) EXAME OAB/SP - CESP - 2008 - 136º.

Com base na teoria geral dos recursos, assinale a opção correta.

- a) O agravo de instrumento interposto contra decisão que nega seguimento aos recursos especial e extraordinário não dispensa o preparo.
- b) A renúncia do recurso não impede a interposição posterior de outro recurso.
- c) É possível desistir do recurso antes da sua interposição.
- d) O direito de recorrer é um direito potestativo processual.

31) EXAME DE ADMISSÃO NA FESMPDFT 2007.

Com relação aos recursos, indique o item INCORRETO:

- a) À decisão do juiz que não recebe a apelação interposta, por estar a sentença em conformidade com a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, é cabível a interposição de agravo de instrumento.
- b) O magistrado pode, de ofício, não conhecer do recurso de agravo de instrumento quando o agravante não tiver cumprido o requisito da lei, que determina a comunicação e a comprovação ao juízo de primeiro grau acerca da interposição do agravo de instrumento, assim como dos documentos que instruíram o referido recurso.
- c) A repercussão geral é mais um requisito de admissibilidade ao recurso extraordinário. Assim, o STF não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.
- d) É certo que o STF poderá editar enunciado de súmula, sobre matéria constitucional, que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, na esfera federal, estadual e municipal.

32) PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS - 2009 - CESPE.

Proferida sentença que julgou improcedente o pedido de nomeação realizado por candidatos aprovados em determinado concurso público sob o argumento de que não foi obedecida condição constante de decreto legislativo, alguns dos sucumbentes, passado o prazo para recurso, ajuizaram ação rescisória,

alegando que houve violação a disposição literal de lei. Com referência à situação hipotética acima descrita e tomando em consideração a disciplina dos recursos no CPC, assinale a opção correta.

- a) A ação rescisória não deverá ser admitida se a violação apontada tiver sido de texto do decreto legislativo, já que a palavra "lei" deve ser entendida como estrita violação a lei ordinária, não incluídas as demais espécies normativas.
- b) Decorre do texto legal que a parte autora deverá indicar expressamente qual o dispositivo violado, apontando o número do artigo ou parágrafo, ainda que seja possível deduzir qual seja ante o conteúdo da fundamentação.
- c) Demonstrada a violação a literal disposição de lei, não é necessário que a parte autora comprove que houve abordagem do tema na decisão cuja rescisão é requerida, porque não se exige prequestionamento como pressuposto da rescisória.
- d) Ajuizada a ação rescisória com fundamento na violação de literal disposição de lei, a parte autora poderá tornar a discutir os fatos alegados na primeira instância, de maneira que o órgão julgador da rescisória possa re-examiná-los.
- e) Ainda que a interpretação da lei cuja violação ampara a rescisória seja controvertida nos tribunais, será admitida a ação, pois o Poder Judiciário não poderá se negar a resolver uma questão jurídica regularmente proposta.

33) PROMOTOR DO CEARÁ - 2008 – FCC.

A sentença que concluir pela procedência de ação popular, em que o Município figura, juntamente com o prefeito, como réus,

- a) não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- b) está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- c) pode ser recorrida pelo Ministério Público.
- d) está sujeita a recurso de apelação, sem efeito suspensivo.
- e) está sujeita a agravo de instrumento, com efeito suspensivo.

34) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STJ - 2008 – CESPE.

Considerando que um indivíduo, insatisfeito com acórdão proferido pelo TRF da 1.ª Região em sede de apelação, interponha recurso especial para o STJ, julgue:

De acordo com entendimento sumulado pelo STJ, a despeito de o tribunal a quo não ter apreciado questão proposta no recurso especial, deve-se admiti-lo caso tenha havido prévia oposição de embargos de declaração

35) ASSESSOR JURÍDICO TJPR – 2007.

Marque a alternativa correta.

- a) Opostos embargos de declaração, ainda que intempestivos, sempre ocorre a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos.
- b) A Fazenda Pública tem prazo em quádruplo para opor embargos à execução.
- c) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- d) Não se aplica o benefício do prazo em dobro para recorrer, concedido aos litisconsortes com procuradores diferentes, quando a sentença produzir sucumbência apenas em relação a um deles.

36) EXAME DE ADMISSÃO NA FESMPDFT 2007.

Quanto aos recursos, escolha o item INCORRETO:

- a) No juízo de admissibilidade, os recursos são conhecidos ou não, admitidos ou não. No juízo de mérito, fala-se em procedência ou não dos pedidos, provimento ou não do recurso.
- b) A adoção do princípio da fungibilidade recursal exige que não haja erro grosseiro e, também, que o recurso errado haja sido interposto no prazo do recurso cabível.
- c) Regra geral, percebendo que o apelante tem razão no que alega em seu recurso, o juiz pode-se retratar após proferir a sentença.
- d) É possível atribuir efeito suspensivo ao recurso de apelação ainda que a lei, expressamente, determine que ele será admitido somente no efeito devolutivo.

37) JUIZ FEDERAL TRF5 - 2009 – CESPE.

Proferida sentença em que o juiz acolheu a preliminar de impossibilidade jurídica de um dos pedidos e julgou parcialmente procedentes os demais, o autor interpôs apelação, no prazo legal, fazendo que constassem, na peça, seu nome, a referência aos fundamentos da inicial como razões de recurso e o

pedido de reforma, tendo sido os autos remetidos ao magistrado para exame. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) Caso o juiz entenda que estão presentes os pressupostos de admissibilidade, será conferida vista dos autos ao apelado para oferecimento de contrarrazões, hipótese em que lhe compete o mesmo ônus da impugnação especificada dos fatos imposto ao réu quando da sua resposta.
- b) Tratando-se de sentença que acolheu preliminar de ausência de uma das condições da ação, motivo também suficiente para o indeferimento da inicial, é dado ao juiz prolator retratar-se e até mesmo julgar desde logo o mérito, estando a causa madura para tanto.
- c) Apesar de a lei exigir como requisito formal da apelação que, na peça de interposição, constem o nome e a qualificação das partes, a falta de qualificação pode ser considerada mera irregularidade quando a interposição é feita por uma delas, o que não ocorre se o apelante for um terceiro prejudicado.
- d) Se o recorrente for a União, em vista da natureza do interesse discutido e das prerrogativas processuais da fazenda pública, pode ser dispensada a apresentação das razões da apelação quando houver referência expressa às razões de uma peça anterior, o que não se aplica no caso de o apelante ser ente de direito privado.
- e) A arguição de tema novo pelo apelante não será permitida pelo juiz prolator da decisão recorrida, de modo que a eventual alteração da qualificação jurídica de qualquer um dos fatos já apresentados poderá redundar no não recebimento do recurso.

38) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC (Questão adaptada).

É um pressuposto subjetivo de admissibilidade recursal a regularidade formal.

39) PROMOTOR MPDFT 2009 - 28 CONCURSO.

A respeito de recursos, assinale a alternativa correta.

- a) Uma vez proferida a sentença com julgamento de mérito e apresentado o recurso voluntário pela parte sucumbente, é incabível a desistência do recurso sem a anuência da parte contrária.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que é parte e nas ações em que atua como fiscal da lei.
- c) Quanto ao recurso de apelação, pelo princípio do tantum devolutum quantum apelatum, ficam submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença e ainda não decididas.
- d) Após a publicação da sentença, o juiz só poderá alterá-la, mesmo que para corrigir inexatidões materiais, por meio de embargos de declaração.
- e) Em caso de litisconsórcio, para que o recurso interposto por um aproveite a todos, não de ser distintos e opostos os interesses objetos da interposição.

40) 2º EXAME DA OAB/MG – 2009.

Com relação aos recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) assim como se exige para a desistência da ação, a parte recorrente somente terá homologado seu pedido de desistência do recurso, se obtida a aquiescência do recorrido.
- b) Considera-se deserta, de pronto, a apelação se o recorrente tiver realizado de modo insuficiente o recolhimento do preparo.
- c) Há a possibilidade de os desembargadores responsáveis pelo julgamento do recurso de apelação resolverem o mérito de ação extinta, sem essa providência pelo julgador de primeira instância, se a causa versar sobre questão unicamente de direito, estando em condição de julgamento.
- d) Somente se submetem ao Tribunal de Justiça, em sede de recurso de apelação, as questões anteriores à sentença e, por óbvio, por ela decididas.

41) JUIZ SUBSTITUTO - SC - 2008 – TJSC.

Assinale a alternativa INCORRETA, nos termos do Código de Processo Civil:

- a) A desistência do recurso interposto por um dos litisconsortes depende da anuência dos outros litisconsortes.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- c) Quanto ao termo "repercussão geral", considera-se a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
- d) Da decisão do Tribunal que releva a pena de deserção e fixa prazo para efetuar o preparo não cabe recurso.
- e) Em sede recursal, o Tribunal, constatando a ocorrência de nulidade sanável, poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.

42) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Em ação promovida por três pessoas contra outras duas, em que o MP atuou em razão do evidente interesse público envolvido, foi proferida sentença de procedência parcial. Considerando essa situação hipotética, quanto à interposição dos recursos cabíveis.

Falecendo uma das partes depois de prolatada a sentença, mas ainda durante o prazo recursal, a manutenção do mesmo procurador pelos sucessores fará que não se devolva a estes o prazo para interposição do recurso cabível.

43) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2009 - TRT9.

Considere as seguintes proposições:

I. O princípio recursal do duplo grau de jurisdição é postulado constitucional, assim como o devido processo legal, pelo que a lei ordinária não pode restringir o cabimento de recursos e suas hipóteses de incidência.

II. O princípio recursal da taxatividade restringe os recursos àqueles denominados e regulados pelo Código de Processo Civil e por leis processuais esparsas, enquanto o princípio recursal da singularidade veda a interposição de mais de um recurso contra a mesma decisão, embora permita mais de uma espécie de recurso a cada decisão recorrível.

III. O princípio recursal da fungibilidade permite ao tribunal superior conhecer de um recurso erroneamente interposto se houver erro grosseiro na eleição do recurso errôneo pela parte interessada e se não houver dúvida objetiva a respeito da espécie de recurso cabível contra a decisão atacada.

IV. O princípio recursal da proibição da reformatio in pejus é decorrência do efeito translativo do recurso, que advém do princípio dispositivo, pelo que não se opõe ao efeito dispositivo do recurso, decorrente do princípio inquisitório, o que permite a reforma da decisão recorrida em prejuízo da parte interessada nas hipóteses de remessa necessária e questões de ordem pública.

V. O juízo de admissibilidade recursal é feito, num primeiro momento, pelo juiz ou tribunal de origem, que verifica o cabimento do recurso, a legitimidade para recorrer, o interesse em recorrer, a tempestividade, a regularidade formal e a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, enquanto o juízo de mérito recursal analisa a pretensão recursal, que pode ou não se confundir com o mérito da ação, sendo de competência do tribunal superior, exceto no caso de competência funcional diferida no juízo de retratação do agravo.

- a) somente a proposição V está correta
- b) somente a proposição I está correta
- c) somente as proposições I e V estão corretas
- d) somente as proposições II e III estão corretas
- e) somente as proposições IV e V estão corretas

44) JUIZ DE DIREITO - TJSC – 2007.

Assinale a alternativa INCORRETA. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude fica adotado o sistema recursal do Código de Processo Civil com suas alterações posteriores, com as seguintes adaptações:

- a) Em todos os recursos, salvo o de agravo de instrumento, o prazo para interpor e para responder será sempre de dez dias.
- b) A apelação será recebida no seu efeito devolutivo. Será também conferido efeito suspensivo quando interposta contra sentença que deferir a adoção por estrangeiro e, a juízo da autoridade judiciária, sempre que houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- c) Os recursos terão preferência de julgamento e dispensarão revisor.
- d) Os recursos serão interpostos independentemente de preparo.
- e) Será de quarenta e oito horas o prazo para a extração, a conferência e o conserto do traslado.

45) PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO/PE - 2009 – CESPE.

Com relação aos princípios fundamentais dos recursos, assinale a opção correta.

- a) O princípio do duplo grau de jurisdição, por ser de aplicação ilimitada, não sofre exceções.
- b) Em respeito ao princípio da proibição da reformatio in pejus, a prescrição do direito do autor, se não manifestada pelo réu em seu recurso, não pode ser conhecida de ofício pelo tribunal julgador.
- c) Se o autor recorrer da sentença de extinção do processo sem resolução do mérito, objetivando sua cassação e, posteriormente, julgamento da lide em seu favor, nada obsta a que o tribunal julgue improcedente o pedido formulado na inicial, sem que isso venha a ferir o princípio da proibição da reformatio in pejus.

d) É possível a interposição dos recursos de agravo e de apelação no caso de a sentença que resolve em uma mesma relação processual conter uma parte agravável -- na qual se decidiu questão incidente - e outra apelável - na qual se decidiu a lide.

e) Pelo princípio da taxatividade, consideram-se recursos aqueles designados por lei federal ou criados pelos tribunais brasileiros.

46) Juiz substituto Rio Grande do Sul - RS - 2009 TJRS.

Assinale a assertiva incorreta sobre preparo

- a) Será declarado deserto o recurso cujo preparo, quando devido, não for comprovado no ato de sua interposição.
- b) Não sendo a parte beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, deverá prover as despesas dos atos que realizar ou requerer no processo, antecipando-lhes o pagamento desde o início até a sentença final e, inclusive, na execução.
- c) Será cancelada a distribuição do feito que, em trinta dias, não for preparado no cartório em que deu entrada.
- d) Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto ao preparo.
- e) Em se tratando de despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, ao réu compete o seu adiantamento.

47) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Em ação promovida por três pessoas contra outras duas, em que o MP atuou em razão do evidente interesse público envolvido, foi proferida sentença de procedência parcial. Considerando essa situação hipotética, quanto à interposição dos recursos cabíveis.

Em razão da possibilidade de qualquer das partes interpor embargos de declaração, mesmo que apenas um dos autores tenha sucumbido, o prazo será contado em dobro, se todos tiverem procuradores diversos.

48) PROCURADOR MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO/SP - 2008 – VUNESP.

A decisão em que o juiz releva a pena de deserção, em razão de prova do apelante de justo impedimento, é

- a) apelável.
- b) agravável.
- c) embargável.
- d) irrecorrível.

49) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Em ação promovida por três pessoas contra outras duas, em que o MP atuou em razão do evidente interesse público envolvido, foi proferida sentença de procedência parcial. Considerando essa situação hipotética, quanto à interposição dos recursos cabíveis.

Protocolizado o recurso dentro do prazo correto, a devolução dos autos em momento posterior não é razão suficiente para que se deixe de admitir como tempestivo o recurso.

50) PROCURADOR ESTADUAL/ES - 2009 – CESPE.

Quanto a recursos e a outros meios de impugnação das decisões judiciais, julgue os itens que se seguem. Todos os meios de impugnação de decisões judiciais são voluntários, internos à relação processual em que se forma o ato judicial atacado e objetivam a anulação, a reforma ou o aprimoramento do ato recorrido

51) PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - MPE/AM - 2007 - CESPE.

A respeito dos recursos, assinale a opção correta.

- a) Se for provido o recurso de apelação e reconhecida a nulidade da citação, os autos retornarão ao juízo de primeiro grau, que determinará a repetição do ato citatório e, como consequência, determinará a anulação de todos os atos subseqüentes, inclusive se já tiver sido proferida sentença definitiva.
- b) O recurso que não é conhecido por lhe faltar alguma das condições de admissibilidade faz que se tenha a decisão impugnada como transitada em julgado no momento em que o tribunal ad quem profere o juízo negativo de admissibilidade.
- c) Se for interposto um recurso inadequado à providência visada pelo recorrente, ao exercer o juízo de admissibilidade, o magistrado poderá, com fundamento no princípio da fungibilidade, determinar a correção ou a emenda da peça recursal, sob pena de não conhecimento do recurso.
- d) Sendo a decisão favorável em parte para um dos litigantes e em parte ao outro, podem ambos recorrer, no prazo comum, constituindo a hipótese espécie de recurso adesivo, tendo em vista a sucumbência recíproca. Nesse caso, poderá o tribunal reformar a sentença para pior - agravando, assim, a situação de

qualquer um dos recorrentes, quando do julgamento dos recursos interpostos - porquanto encontrará respaldo nos argumentos do recurso manejado pela parte contrária.

e) O objeto do juízo de mérito do recurso é o próprio conteúdo da impugnação à decisão recorrida. Quando nele se sustenta a existência de vício de juízo, error in iudicando, requer-se a reforma da decisão.

52) DEFENSOR PÚBLICO - MA - 2009 – FCC.

O prazo para o Defensor Público interpor recurso adesivo é de

- a) trinta dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.
- b) dez dias, contados da publicação do despacho que admitiu o recurso principal.
- c) vinte dias, contados da publicação do despacho que admitiu o recurso principal.
- d) dez dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.
- e) quinze dias, contados da mesma data do termo inicial para as contrarrazões do recurso principal.

53) TABELIÃO - MS 2009 – VUNESP.

Quanto aos recursos, é correto afirmar que

- a) o recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução de sentença.
- b) a parte que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão não poderá recorrer.
- c) recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz poderá inovar no processo; recebida no efeito devolutivo, o apelado não poderá promover a execução provisória da sentença.
- d) o recurso adesivo é admissível no agravo de instrumento.
- e) não se conhecerá o agravo retido se a parte não requerer, expressamente nos embargos de declaração, sua apreciação pelo Tribunal.

54) PROCURADOR MUNICIPAL DE SOROCABA/SP - 2008 – VUNESP.

Nos recursos, ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda não decididas.

55) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 - CESPE.

Em ação promovida por três pessoas contra outras duas, em que o MP atuou em razão do evidente interesse público envolvido, foi proferida sentença de procedência parcial. Considerando essa situação hipotética, quanto à interposição dos recursos cabíveis.

Será em dobro o prazo recursal para os autores da ação, ainda que tenham o mesmo procurador, pois a contagem desse modo depende da existência de mais de uma parte sucumbente no mesmo polo.

56) PROMOTOR DE JUSTIÇA/BA - 2008 - MPE/BA.

Quanto ao sistema recursal vigente no ordenamento processual civil brasileiro, pode-se afirmar:

- I. A apelação e os embargos de declaração são recursos de fundamentação livre.
- II. Se, durante o prazo para interposição do recurso, sobrevier morte da parte, do seu advogado, ou ocorrer caso de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.
- III. O recurso especial, o recurso extraordinário e os embargos infringentes são recursos de fundamentação vinculada.
- IV. A tempestividade de recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro no protocolo da Secretaria e não pela data da entrega na agência do correio.
- V. Recurso contra sentença que confirma antecipação de tutela e que condena à prestação alimentícia é dotado de efeito devolutivo.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I, II e V.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e V.
- d) I e III.
- e) II, IV e V.

57) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2009 - TRT 3ª R.

Assinale a alternativa correta em relação aos enunciados de I a V, que tratam do procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Lei nº 11672, de 8 de maio de 2008:

I – Constitui faculdade do Relator a solicitação de informações a tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia veiculada no recurso especial repetitivo, no prazo de quinze dias.

II – O julgamento do recurso repetitivo prefere os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso, pedidos de habeas corpus e de mandado de segurança.

III – A critério do Relator do Recurso Especial Repetitivo, observado o regimento interno do STJ, considerada a relevância da matéria, admitir-se-á manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

IV – Publicado o acórdão no Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem serão avocados à instância superior para imediato julgamento em massa.

V – Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao STJ, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do STJ.

- a) somente um enunciado é verdadeiro
- b) somente dois enunciados são verdadeiros
- c) somente três enunciados são verdadeiros
- d) somente quatro enunciados são verdadeiros
- e) todos os enunciados são verdadeiros

58) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC (Questão adaptada).

É um pressuposto subjetivo de admissibilidade recursal, o cabimento.

59) FESMPDFT – 2008.

A Lei n.º 11.672, de 08 de maio de 2008, estabeleceu o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Em relação ao tema, assinale a opção INCORRETA.

- a) Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o presidente do tribunal de origem admitirá um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao STJ, ficando suspensos os demais recursos especiais até pronunciamento definitivo deste.
- b) Considerando a relevância da matéria e conforme dispuser o regimento interno do STJ, poderá o relator admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.
- c) Publicado o acórdão pelo STJ, os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ.
- d) É vedado ao relator solicitar informações aos tribunais federais e estaduais a respeito da controvérsia.

60) PROMOTOR DE JUSTIÇA/MG - 2008 - MP/MG.

No dia 9 de junho de 2008 (segunda-feira), a Prefeitura Municipal notificou o cidadão “A” do indeferimento do seu recurso administrativo e da confirmação da obrigação de ele demolir parte do muro construído fora dos limites de sua propriedade, porquanto, segundo a autoridade notificante, a obra teria invadido a via pública. Com o objetivo de modificar tal decisão, o notificado peticionou novamente à Prefeitura pleiteando a reconsideração do ato, insistindo na tese recursal de que o muro foi construído regularmente, nos limites do imóvel, sem atingir área pública. Não conhecido o seu pedido e cientificado da deliberação (fato ocorrido no dia 8 de julho de 2008 – terça-feira), o notificado – ainda na via administrativa e informalmente – buscou resolver a questão. Não obtendo êxito e temendo que a Prefeitura executasse a demolição do muro, ele impetrou mandado de segurança (distribuído no dia 3 de novembro de 2008 – segunda-feira), instruindo a petição inicial com o título de propriedade, croqui da situação do imóvel e memorial descritivo, documentos que, no seu entender, comprovariam a regularidade da obra. Colhidas as informações da autoridade impetrada – a qual apresentou prova técnica que, a seu juízo, demonstraria a legalidade do ato que determinou a demolição – e ouvido o Ministério Público, o Magistrado proferiu sentença, reconhecendo, de ofício, a decadência, ao fundamento de que o mandado de segurança teria sido impetrado depois de decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pelo interessado, da decisão que julgou o recurso administrativo (dia 9 de junho de 2008). Descontente com o resultado, o impetrante apelou.

Considerando-se o que consta no enunciado, assinale a resposta CORRETA.

- a) O reconhecimento da decadência afeta o próprio direito material, impedindo que ele seja objeto de outra ação judicial.
- b) O pedido de reconsideração do ato administrativo constitui causa de interrupção do prazo decadencial e, conseqüentemente, não teria ocorrido, no caso concreto, a decadência.
- c) A sentença, além de impugnada por meio de recurso voluntário, está sujeita também a reexame necessário.
- d) A turma julgadora do recurso voluntário, caso afaste a decadência, poderá julgar desde logo a lide, concedendo a segurança.

e) Contra o acórdão unânime que for proferido pelo tribunal caberá, em tese, embargos declaratórios e recursos excepcionais.

61) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Acerca do juízo de mérito dos recursos, julgue:

Ao realizar julgamento rescindente, o órgão julgador do recurso acolhe alegação de error in procedendo e determina que o órgão *a quo* profira novo julgamento, o que não ocorre quando se verifica julgamento extra ou ultra petita.

62) PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ - 2008 – CESPE.

Quanto aos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

- a) É possível a convalidação das nulidades sanáveis, por decisão do colegiado, no âmbito recursal, admitindo-se a determinação da correção de tais nulidades, além da apelação, no julgamento de outros recursos, inclusive nos recursos especial e extraordinário.
- b) Para a admissibilidade dos recursos extraordinários, exige-se, além dos demais requisitos legais, a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas. A existência da repercussão geral deve ser demonstrada, em preliminar do recurso extraordinário, para apreciação exclusiva do STF.
- c) Cabe juízo de retratação, bem como o denominado agravinho ou agravo regimental, contra decisão monocrática do relator que determine a conversão do agravo de instrumento em retido ou a concessão de efeito suspensivo ao recurso.
- d) São cabíveis embargos de declaração com caráter infringente quando o recurso for utilizado com a finalidade de prequestionamento ou para rever decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência, do resultado final.
- e) No exame de recurso especial, não poderá ser apreciada questão de inconstitucionalidade de lei federal ou local a ser aplicada na solução do caso concreto, devendo-se, caso ocorra dúvida quanto à constitucionalidade de lei, suspender o julgamento, remetendo-se os autos ao STF.

63) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2009 - TRT9.

Considere as seguintes proposições:

- I. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder, sendo admissível no Processo Civil na apelação, nos embargos de declaração, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial, com as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior, mas não será conhecido se houver desistência do recurso principal, ou se for este declarado inadmissível ou deserto.
- II. Os embargos de declaração são o único recurso no Processo Civil que permite ao juiz alterar a sentença de mérito depois de publicá-la e interrompem o prazo para interposição de outros recursos por qualquer das partes, inclusive aquela desinteressada na pretensão recursal.
- III. A multa por interposição de embargos de declaração protelatórios é elevada de 1% para até 10% do valor da causa em caso de reiteração dessa conduta processual e, neste caso, a interposição de outros recursos fica condicionada ao depósito do valor da multa elevada.
- IV. O recurso especial, assim como o recurso extraordinário, é um recurso de fundamentação vinculada, com pretensão recursal baseada em violação de direito federal de natureza constitucional, enquanto a pretensão recursal baseada em violação de direito federal de natureza infra constitucional é reservada ao recurso extraordinário, mas se existirem as duas pretensões recursais a parte interessada deverá interpor simultaneamente os dois recursos.
- V. Quando houver multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica controvérsia, caberá ao tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo dessa Corte. Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos. Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se. Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.
 - a) somente uma proposição está correta
 - b) somente duas proposições estão corretas
 - c) somente três proposições estão corretas
 - d) somente quatro proposições estão corretas
 - e) todas as proposições estão corretas

64) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STJ - 2008 – CESPE.

José, residente em Maceió, ajuizou ação ordinária contra a União, no foro do DF, visando obter indenização por prejuízos que sofreu em virtude da colisão de veículo oficial com o seu. O juiz de primeira instância julgou improcedente o pedido. Insatisfeito, José apelou, e o tribunal manteve a sentença. José interpôs, então, recurso especial. Distribuído o recurso no STJ, o relator negou-lhe seguimento após verificar que era intempestivo, já que fora interposto 16 dias após a publicação do acórdão recorrido. Com referência à situação hipotética acima e à disciplina dos recursos nos tribunais, julgue: Mesmo que o recurso fosse admissível, seria defeso ao relator, em decisão monocrática, dar-lhe provimento, ainda que a decisão recorrida esteja em manifesto confronto com súmula do STJ, por invadir competência privativa de órgão colegiado

65) ANALISTA ADMINISTRATIVO - 2009 - PREF.CAPIM/PB - ADVISE.

Acerca dos Recursos em nosso Código de Processo Civil marque a opção incorreta:

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo.
- b) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- d) Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.
- e) Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.

66) DEFENSOR PÚBLICO/MT - 2009 – FCC.

“A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer”. Esse enunciado, de texto legal, implica a ocorrência de

- a) coisa julgada.
- b) preclusão consumativa.
- c) perempção.
- d) preclusão lógica.
- e) contumácia.

67) PROCURADOR DO TRABALHO 15º CONCURSO - 2009 – MPT.

A propósito dos recursos, assinale a alternativa INCORRETA

- a) por aplicação do princípio do duplo grau de jurisdição, a apelação interposta pela parte sucumbente, no prazo legal, com advogado regularmente habilitado nos autos, deverá ser recebida pelo juízo de primeiro grau, ainda que a sentença recorrida esteja em conformidade com súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- b) a apelação interposta contra sentença que rejeita liminarmente embargos à execução, ou que os julga improcedentes, será recebida apenas no efeito devolutivo;
- c) nas hipóteses em que a decisão interlocutória for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, será admissível a interposição do agravo por instrumento, dispensada a forma retida;
- d) não serão admissíveis embargos infringentes quando o acórdão proferido de forma não unânime houver reformado, em grau de apelação, sentença de natureza terminativa;

68) Exame OAB/SP 2008 - CESPE - edição 135.

No que concerne à teoria geral dos recursos, assinale a opção correta.

- a) Para que a desistência do recurso produza efeitos, são necessárias a concordância do recorrido e a homologação judicial.
- b) Admite-se, excepcionalmente, a interposição de recurso contra despacho proferido pelo magistrado.
- c) O prazo para a interposição do recurso conta-se a partir da data da leitura da sentença em audiência, da intimação da decisão judicial ou da publicação do dispositivo do acórdão no órgão oficial.
- d) Exige-se o preparo na interposição do agravo retido.

69) ADVOGADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - UFPR – 2009.

Com base no tema “recursos”, assinale a alternativa correta.

- a) Na atual sistemática processual, a interposição de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas em audiência de instrução e julgamento representa a regra.
- b) O Superior Tribunal de Justiça, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso especial quando a questão nele versada não oferecer repercussão geral, segundo determina o Código de Processo Civil, após a alteração com base na Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006.
- c) Os embargos de declaração suspendem o prazo de interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- d) O recurso de agravo, na forma retida, obriga o agravante a realizar o preparo, na forma da lei.
- e) A "repercussão geral" se refere à existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os efeitos subjetivos da causa e deverá ser demonstrada pelo recorrente, em preliminar de recurso extraordinário, perante o Supremo Tribunal Federal.

70) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Acerca do juízo de mérito dos recursos, julgue:

O fato de o recurso abordar decisão acerca da legitimidade ad causam de uma das partes do processo determina que não haverá questão de mérito do recurso, já que esse tema é pertinente à admissibilidade da causa.

71) TERCEIRO EXAME DE ORDEM - NACIONAL - 2008 – CESPE.

No que se refere a matéria de recursos cíveis e à atuação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- a) A cognição do STJ, no julgamento do recurso especial, abrange as questões de fato, podendo a Corte reexaminar a prova produzida.
- b) Conhecimento e provimento de um recurso são expressões equivalentes.
- c) Pode o STJ conhecer de um recurso especial e, no mérito, dar-lhe ou negar-lhe provimento.
- d) Pode o STJ conhecer de recurso especial interposto sob a alegação de que a decisão recorrida violou diretamente a Constituição Federal.

72) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Acerca do juízo de mérito dos recursos, julgue:

A vedação à reformatio in pejus atinge os recursos, de modo que institutos apenas similares, como é o caso do reexame necessário, a ela não se vinculam, tanto que é possível ao órgão responsável pelo reexame decidir agravando a posição da fazenda pública.

73) PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2008 – VUNESP.

Em ação de divisão, quando eram realizadas atos decorrentes de negócio extrajudicial, atos estes materiais e preparatórios da partilha, o imóvel do confinante ficou sujeito à partilha. O confinante ingressou com embargos de terceiro por não ser parte da ação, por ter sido seu imóvel sujeito a atos materiais na partilha, e sustentou a proteção da posse advinda do compromisso de compra e venda do imóvel, ainda que desprovido de registro. Neste caso,

- a) não cabem os embargos de terceiro, realizando-se a defesa da posse por meio de ação de nunciação de obra nova, no exercício de direito de vizinhança.
- b) não cabem embargos de terceiro, realizando-se a defesa da posse por meio de ação de oposição, como terceiro opoente.
- c) não cabem embargos de terceiro, porque a constrição decorreu de negócio extrajudicial, realizando-se a defesa da posse por meio de ações possessórias.
- d) cabem os embargos de terceiro fundados em posse advinda do compromisso de compra e venda não registrado e porque os atos de partilha não são decorrentes de constrição judicial.
- e) não cabem embargos de terceiro à sujeição do imóvel a atos materiais preparatórios da partilha, porque a promessa de compra e venda não foi inscrita no registro de imóveis.

74) PROMOTOR DE JUSTIÇA/MG - 2008 - MP/MG.

Contestada a ação ordinária, o meritíssimo Juiz designou audiência de conciliação, à qual compareceram apenas os advogados das partes, comprovando que possuíam poderes para transigir. Iniciada a audiência, o advogado do réu informou que, por esquecimento, ao preparar a contestação, deixou de argüir uma questão prejudicial de mérito (coisa julgada), e que pretendia, naquele momento, complementar a peça de defesa e juntar aos autos os documentos comprobatórios. Depois de ouvido o advogado do autor, o Magistrado examinou a situação e, na mesma audiência, na presença dos causídicos, proferiu julgamento acolhendo a preliminar de coisa julgada e extinguindo o processo. Inconformado, o autor recorreu, submetendo a controvérsia ao Tribunal de Justiça.

Considerando-se o que consta no enunciado, assinale a resposta CORRETA.

- a) A tese de coisa julgada, por não ter sido argüida na contestação, estava preclusa e, conseqüentemente, ao julgador era vedado o seu acolhimento.
- b) O ato judicial que admitiu a coisa julgada pôs fim ao processo com resolução de mérito.
- c) O recurso cabível contra tal julgamento prevê prazo de dez dias para a sua interposição.
- d) O prazo recursal teve início depois de intimado pessoalmente o autor, contado da data em que o respectivo mandado foi juntado aos autos.
- e) O relator do recurso, por meio de decisão singular e ao fundamento de que o inconformismo se revela manifestamente improcedente, pode negar-lhe seguimento

75) EXAME OAB NACIONAL - CESPE - 2008 - EDIÇÃO 3.

A respeito dos recursos, assinale a opção correta .

- a) O recebimento do recurso de apelação pelo juiz comporta a interposição de recurso de agravo de instrumento.
- b) Tratando-se de sentença ultra ou extra petita, o autor não detém interesse em recorrer.
- c) Cabe ação direta de inconstitucionalidade contra a súmula vinculante, nas mesmas hipóteses relacionadas à lei em sentido formal.
- d) Ocorre o efeito expansivo subjetivo quando o julgamento do recurso atinge outras pessoas além do recorrente e do recorrido.

76) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5.^a REGIÃO - 2005 – CESPE.

A respeito dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais, julgue:

Nas sentenças proferidas em desfavor da Fazenda Pública, sendo hipótese de reexame necessário, o juiz, ao proferir sentença, deve determinar que, não havendo recurso voluntário, seja aberta vista às partes para que apresentem suas razões para manutenção ou reforma da sentença pelo tribunal

77) EXAME OAB/SP 2008 - CESPE - EDIÇÃO 136.

Não constitui requisito intrínseco de admissibilidade recursal:

- a) o interesse recursal.
- b) a regularidade formal.
- c) a inexistência de fato impeditivo ou extintivo.
- d) a legitimidade.

78) II EXAME - OAB - NACIONAL - CESPE – 2007.

Acerca das normas que regulam a remessa oficial, a citação, a outorga conjugal e a representação processual, assinale a opção correta

- a) A remessa oficial devolve ao tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela fazenda pública, inclusive a dos honorários de advogado.
- b) Tratando-se de citação real, o juiz deverá nomear curador especial se o réu deixar de apresentar resposta no prazo legal.
- c) Nas causas que versem sobre direitos reais imobiliários, a falta da autorização do marido ou outorga da mulher para a propositura da demanda, quando não suprida pelo juiz, tipifica a impossibilidade jurídica do pedido, visto tratar-se de condição da ação proposta.
- d) O representante legal da parte autora é também parte no processo.

79) PROCURADOR MUNICIPAL DE SOROCABA/SP - 2008 – VUNESP.

Nos recursos, a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

80) EXAME OAB/SP - CESP - 2008 - 136º.

Não constitui requisito intrínseco de admissibilidade recursal

- a) o interesse recursal.
- b) a regularidade formal.
- c) a inexistência de fato impeditivo ou extintivo.
- d) a legitimidade.

81) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC.

De sentença proferida em ação divisória que julga a pretensão de dividir cabe, apelação, apenas no efeito devolutivo.

82) PROCURADOR ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS/ES - 2009 – CESPE.

Acerca do juízo de mérito dos recursos, julgue:

No que tange ao juízo de mérito recursal, diz-se ser regra do benefício comum a possibilidade de o órgão julgador examinar a decisão recorrida naquilo que contraria a expectativa das duas partes; no direito nacional, essa regra vige desde o CPC de 1939.

83) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC (Questão adaptada).

É um pressuposto subjetivo de admissibilidade recursal, o preparo.

84) PROCURADOR FEDERAL - AGU - 2010 - CESPE.

A respeito dos institutos da repercussão geral e da tutela antecipada, julgue o item seguinte:

A repercussão geral exigida para o exame do recurso extraordinário possui definição legal atrelada à noção de transcendência, ou seja, uma aptidão para transbordar os interesses individuais da causa. Por isso, a identificação desse pressuposto sempre importará avaliação subjetiva do julgador, não sendo admitida sua verificação por critério objetivo.

85) ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STJ - 2008 – CESPE.

José, residente em Maceió, ajuizou ação ordinária contra a União, no foro do DF, visando obter indenização por prejuízos que sofreu em virtude da colisão de veículo oficial com o seu. O juiz de primeira instância julgou improcedente o pedido. Insatisfeito, José apelou, e o tribunal manteve a sentença. José interpôs, então, recurso especial. Distribuído o recurso no STJ, o relator negou-lhe seguimento após verificar que era intempestivo, já que fora interposto 16 dias após a publicação do acórdão recorrido. Com referência à situação hipotética acima e à disciplina dos recursos nos tribunais, julgue:

A decisão proferida pelo relator do processo observou as normas processuais relativas ao julgamento dos recursos nos tribunais, uma vez que ao relator cabe negar seguimento ao recurso manifestamente inadmissível

86) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2009 - TRT 3ª R.

Assinale a assertiva correta em relação aos enunciados de I a V, que tratam do procedimento para o julgamento de recursos extraordinários, considerando a exigência da repercussão geral como pressuposto de admissibilidade, conforme a Emenda Constitucional 45/2004 e a Lei nº 11418, de dezembro de 2006:

I – Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

II – Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do regimento interno do STF.

III – Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos extraordinários sobrestados na origem serão avocados à instância superior para imediato julgamento em massa.

IV – Lei ordinária disporá sobre as atribuições dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, das suas Turmas e de seus outros órgãos, na análise da repercussão geral.

V – Nos processos trabalhistas submetidos ao rito sumaríssimo, não se admitirá recurso extraordinário em face de presunção legal absoluta de ausência de repercussão geral.

- a) somente um enunciado é verdadeiro
- b) somente dois enunciados são verdadeiros
- c) somente três enunciados são verdadeiros
- d) somente quatro enunciados são verdadeiros
- e) todos os enunciados são verdadeiros

87) FESMPDFT - 2008.

As decisões judiciais proferidas ao longo de todo o processo são passíveis de impugnação por meio dos recursos cíveis. Sobre o tema, assinale a opção CORRETA

a) Interposto recurso de apelação nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão unicamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

b) O princípio da unirrecorribilidade é absoluto, não havendo hipótese alguma de interposição simultânea de mais de um recurso contra o mesmo pronunciamento judicial no ordenamento jurídico brasileiro.

c) Os embargos de declaração deverão ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias, interrompendo o prazo para interposição de outros recursos tão-somente em relação à parte embargante.

d) No julgamento do recurso pelo tribunal, o relator não poderá, por decisão monocrática, negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de tribunal superior.

Gabarito

1) V	19) F	37) C	55) F	73) C
2) B	20) A	38) F	56) E	74) E
3) E	21) F	39) B	57) C	75) D
4) C	22) C	40) C	58) F	76) F
5) F	23) D	41) A	59) D	77) B
6) E	24) C	42) F	60) E	78) A
7) V	25) B	43) A	61) V	79) F
8) A	26) V	44) C	62) B	80) B
9) V	27) C	45) C	63) C	81) F
10) C	28) F	46) E	64) F	82) F
11) B	29) B	47) F	65) A	83) F
12) C	30) D	48) D	66) C	84) F
13) E	31) B	49) V	67) A	85) V
14) D	32) C	50) F	68) C	86) B
15) V	33) A	51) E	69) E	87) A
16) E	34) F	52) A	70) F	
17) V	35) D	53) B	71) C	
18) D	36) C	54) V	72) F	

RECLAMAÇÃO**1) PROCURADOR DO ESTADO DE ALAGOAS - 2009 – CESPE.**

Assinale a opção correta acerca da reclamação constitucional.

- Tratando-se de decisão judicial que contrarie decisão específica do STF, caberá reclamação, pouco importando que a primeira já tenha transitado em julgado.
- A excessiva e injustificada demora na remessa do recurso extraordinário ao STF pode ensejar a reclamação fundada na usurpação de competência.
- Apesar de se tratar de uma ação de cunho constitucional, seu caráter excepcional, aliado ao procedimento simplificado, a torna incompatível com decisão que antecipe por algum modo a tutela jurisdicional requerida.
- Julgada procedente a reclamação, é admissível a interposição de embargos infringentes para preservar a estabilidade do julgamento realizado no órgão cuja decisão esteja sendo questionada.
- Sendo a reclamação uma ação, é possível que haja no curso de seu processamento a coleta de prova oral e pericial, sem que seja necessária a apresentação de prova documental desde o ajuizamento

2) PROMOTOR DO CEARÁ - 2008 – FCC.

- A reclamação pode ser prevista na Constituição do Estado, para a correção de decisões contrárias à súmula vinculante.
 - A reclamação para garantir a autoridade da decisão do STF será dirigida ao Presidente do Tribunal de Justiça.
 - Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.
 - É ônus, do reclamante, instruir a reclamação com prova documental.
 - É lícito ao relator conceder a suspensão do ato impugnado.
- Somente III, IV e V estão corretas.
 - Somente II, IV e V estão corretas.
 - Somente III e IV estão corretas.
 - Somente I e II estão corretas.
 - I, II, III, IV e V estão corretas.

3) PROMOTOR DE JUSTIÇA - CE - 2009 – FCC.

A reclamação pode ser prevista na Constituição do Estado, para a correção de decisões contrárias à súmula vinculante.

II. A reclamação para garantir a autoridade da decisão do STF será dirigida ao Presidente do Tribunal de Justiça.

III. Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.

IV. É ônus, do reclamante, instruir a reclamação com prova documental.

V. É lícito ao relator conceder a suspensão do ato impugnado.

a) Somente III, IV e V estão corretas.

b) Somente II, IV e V estão corretas.

c) Somente III e IV estão corretas.

d) Somente I e II estão corretas.

e) I, II, III, IV e V estão corretas.

4) PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ - 2008 – CESPE.

Acerca da reclamação perante o STF e o STJ, assinale a opção correta.

a) Cabe embargo infringente contra decisão não-unânime proferida em ação de reclamação. Contra a referida decisão, cabem embargos de declaração quando houver, no acórdão, omissão, obscuridade ou contradição.

b) O procedimento da reclamação prevê a concessão de medida preventiva pelo relator, que, para evitar dano irreparável, determinará a suspensão do processo ou do ato impugnado, podendo, ainda, no uso do poder geral de cautela, ordenar a providência liminar adequada ao caso concreto.

c) A legitimidade ativa para propor reclamação contra ato judicial ou administrativo que atentar contra a competência do STF ou do STJ ou que descumprir o conteúdo dos julgados proferidos por esses tribunais é exclusiva do procurador geral da República.

d) A reclamação para o STF é cabível contra decisão de segundo grau de jurisdição, para assegurar o efeito vinculante das decisões proferidas no recurso extraordinário, não se admitindo o referido incidente na defesa de decisões proferidas em ação declaratória de constitucionalidade nem na ação direta de inconstitucionalidade.

e) Julgada procedente a reclamação, o STF ou o STJ cassará a decisão impugnada para preservar a competência daqueles tribunais ou para garantir a autoridade das suas decisões, mesmo que o ato impugnado já tenha transitado em julgado.

5) DEFENSOR PÚBLICO - PA - 2009 – FCC.

a) é cabível para o fim de obter a tutela jurisdicional negada no Tribunal de Justiça.

b) não está prevista para determinar medidas adequadas à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça.

c) é cabível quando a decisão do Tribunal de Justiça for contrária à jurisprudência não sumulada do Supremo Tribunal Federal.

d) comporta liminar para suspender o ato impugnado.

e) não é cabível nos tribunais dos Estados-membros, ainda que a Constituição estadual a preveja.

RECURSO ADESIVO**1) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2008 - TRF1.**

No que diz respeito ao recurso adesivo, de acordo com o Código de Processo Civil independe integralmente do recurso principal.

2) DEFENSOR PÚBLICO/MT - 2009 – FCC.

- a) subsiste mesmo se houver desistência do recurso principal.
- b) será admissível na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, no recurso especial e no recurso extraordinário.
- c) por aderir ao recurso principal não está sujeito a preparo.
- d) possui condições de admissibilidade próprias em relação ao recurso independente.
- e) não será conhecido se, em relação ao recurso principal, houver desistência ou for ele declarado inadmissível ou deserto.

3) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2008 - TRF1.

No que diz respeito ao recurso adesivo, de acordo com o Código de Processo Civil, independe do recurso principal somente no que se refere aos requisitos intrínsecos de admissibilidade.

4) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2008 – TRF1.

No que diz respeito ao recurso adesivo, de acordo com o Código de Processo Civil, será admitido somente se a matéria coincidir com o tema discutido no recurso principal.

5) ADVOGADO - BNDS - 2008 – CESGRANRIO.

De acordo com o Código de Processo Civil, NÃO comporta a interposição de recurso adesivo a(o)

- a) Apelação.
- b) Embargo infringente.
- c) Recurso ordinário.
- d) Recurso extraordinário.
- e) Recurso especial.

6) PROCURADOR/AL - 2008 – FCC.

O recurso interposto na forma adesiva fica subordinado ao recurso principal e deverá ser interposto no prazo para o oferecimento das contrarrazões ao recurso principal.

7) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2008 - TRF1.

No que diz respeito ao recurso adesivo, de acordo com o Código de Processo Civil, não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.

8) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - 2008 - TRF1.

No que diz respeito ao recurso adesivo, de acordo com o Código de Processo Civil, independe do recurso principal somente no que se refere aos requisitos extrínsecos de admissibilidade.

9) EXAME OAB/MG 2008 1ª EDIÇÃO.

Com relação ao recurso adesivo, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) será admissível na apelação, no agravo, no recurso especial e no recurso extraordinário.
- b) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder.
- c) mesmo se o recurso principal for declarado inadmissível ou deserto, o recurso adesivo poderá ser conhecido.
- d) não está sujeito a preparo.

1) F
2) E

3) F
4) F

5) C
6) V

7) F
8) F

9) B

RECURSO ESPECIAL

1) PROCURADOR DE ESTADO - PGE/ES - 2008 – CESPE.

No recurso especial, não é possível o novo exame da prova da causa, ou seja, a formação de nova convicção sobre os fatos, pois tal recurso tem âmbito restrito, permitindo apenas o reexame da solução que pode ter violado a lei federal

2) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5.^a Região - 2005 – CESPE.

A respeito dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais, julgue:

A retenção de recurso especial interposto contra acórdão proferido no agravo de instrumento, deduzido em face de decisão interlocutória de primeiro grau, impõe ao recorrente reiterá-lo no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final ou para as contra-razões

3) EXAME DE ORDEM - OAB/DF - 2007.3º - CESPE.

No que se refere a matéria de recursos cíveis e à atuação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- A cognição do STJ, no julgamento do recurso especial, abrange as questões de fato, podendo a Corte reexaminar a prova produzida.
- Conhecimento e provimento de um recurso são expressões equivalentes.
- Pode o STJ conhecer de um recurso especial e, no mérito, dar-lhe ou negar-lhe provimento.
- Pode o STJ conhecer de recurso especial interposto sob a alegação de que a decisão recorrida violou diretamente a Constituição Federal.

4) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO 2ª ETAPA - TRT 23ª REGIÃO/MT – 2008.

Ação monitória movida pela Confederação Nacional da Agricultura contra agricultor, buscando pagamento de contribuição sindical, perante a Justiça Comum Estadual. O feito foi extinto sem o julgamento do mérito. Contra tal decisão a CNA apelou. Com fincas no parágrafo 3o do artigo 515 do CPC, o Tribunal de Justiça julgou o mérito da demanda favoravelmente à CNA. Diante de tal julgamento, interpôs, agora o agricultor, recurso especial ao STJ, que foi remetido à referida Corte. Nesse interregno, foi promulgada a Emenda Constitucional n. 45/2004, que deu nova redação ao art. 114 da CF. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA:

- o STJ deve suscitar o conflito de competência ao STF;
- o STJ deve remeter os autos ao TST, eis que esse seria incompetente para julgar tal matéria desde o julgamento do conflito de competência 7.204-1-MG, pelo STF, em 29.06.2005;
- o STJ deve julgá-lo, já que a decisão de mérito foi proferida pelo Tribunal de Justiça;
- o STJ deve julgá-lo, já que o Juiz de Direito Estadual foi quem julgou a demanda sem a apreciação do mérito;
- a Justiça do Trabalho é incompetente para julgar demandas de cobrança de contribuições sindicais

5) TABELIÃO - TJDF - 2008 – CESPE.

Em regra, os recursos especial e extraordinário são recebidos no efeito suspensivo quando interpostos contra a fazenda pública.

6) EXAME DA ORDEM - OAB-SP 133º - 2007 – VUNESP.

Proferida a sentença de mérito pelo juiz de primeiro grau, foi, tempestivamente, interposta a apelação, sendo que nas suas razões foi reiterado o agravo retido interposto anteriormente. Quando do julgamento da apelação, por dois votos a um negou-se provimento ao agravo retido e, por unanimidade, negou-se provimento à apelação. Diante da referida decisão, como o apelante pretende interpor novo(s) recurso(s), pergunta-se se ele

- deve, necessariamente, interpor embargos infringentes, para só depois interpor outros recursos.
- deve interpor recurso especial se violado dispositivo intraconstitucional e, se contrariado também dispositivo da constituição, deve interpor, primeiro, recurso especial e, depois de julgado este, interpor o recurso extraordinário.

- c) deve interpor, simultaneamente, o recurso especial e o recurso extraordinário, se violados e/ou contrariados tanto dispositivo infraconstitucional como constitucional.
- d) deve interpor recurso ordinário, já que o acórdão negou provimento ao recurso.

7) PROCURADOR/AL - 2008 – FCC.

Os recursos especial e extraordinário não têm efeito suspensivo.

8) PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - MPE/RR - 2008 – CESPE.

É cabível recurso especial pela forma retida contra acórdão que julga improcedente agravo interposto contra a decisão que concedeu a antecipação de tutela em ação civil pública. O requerente pode, ainda, ajuizar ação cautelar perante o STJ, objetivando destrancar o recurso, com fundamento no periculum in mora, que se traduz na urgência da prestação, bem como no fumus boni juris consistente na plausibilidade do direito alegado

9) PROCURADOR DE ESTADO - PGE/PB - 2008 – CESPE.

A respeito do recurso no processo civil, assinale a opção correta

- a) O prazo recursal para o revel que não tenha advogado constituído começa a correr a partir de sua intimação, isto é, da publicação da sentença no órgão oficial, sendo assegurado àquele, intimado por edital, o prazo em dobro para recorrer.
- b) Segundo o princípio da unitariedade, não é possível a interposição de mais de um recurso contra a mesma decisão; por isso, não será admitida a interposição simultânea de agravo e de pedido de suspensão da segurança contra decisões liminares em mandado de segurança.
- c) Com a interposição dos embargos de declaração, todos os demais prazos recursais são suspensos, e essa suspensão valerá para o embargante, para a parte contrária e para terceiros prejudicados.
- d) Cabe agravo contra decisão que defira pedido de relevação de pena de deserção e fixe novo prazo para o recorrente efetuar o preparo, acolhendo-se a justificativa de justo impedimento.
- e) A retenção de recurso especial interposto contra acórdão proferido no agravo de instrumento, deduzido em face de decisão interlocutória de primeiro grau, impõe ao recorrente reiterá-lo no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.

10) PROCURADOR ESTADUAL/ES - 2009 – CESPE.

Quanto a recursos e a outros meios de impugnação das decisões judiciais, julgue o item que se segue. Contra decisão que indefere uma petição inicial é cabível recurso de apelação, cujo processamento se dá independentemente de citação do réu e compossibilidade de retratação do decidido pelo juiz sentenciante

11) PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - MPE/RR - 2008 – CESPE.

Começa a correr o prazo para recorrer da sentença proferida em audiência no dia útil seguinte ao da audiência em que foi proferida a decisão.

12) ADVOGADO JUNIOR - PETROBRÁS - 2006 – CESGRANRIO.

Com relação aos recursos especial e extraordinário, é ERRADO afirmar:

- a) O pré-requisito do pré-questionamento nunca pode ser dispensado.
- b) O pré-requisito de admissibilidade do recurso extraordinário de "repercussão geral da questão constitucional" não encontra pré-requisito análogo para o recurso especial.
- c) A interposição de recurso especial e extraordinário, em regra, produz apenas efeito devolutivo.
- d) Quando há a interposição e admissão de recurso especial e extraordinário, simultaneamente, os autos do processo serão primeiro remetidos ao STJ e, após, ao STF.
- e) É cabível recurso extraordinário contra decisões proferidas pelas turmas recursais dos juizados especiais cíveis, mas é incabível o recurso especial.

13) PROCURADOR DE CONTAS - RR - 2008 – FCC.

Considere as seguintes assertivas sobre o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário:

- I. Interposto agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça contra a decisão do Tribunal de origem que não admitir o Recurso Especial poderá o relator conhecer do agravo para dar provimento ao próprio Recurso Especial, se o acórdão recorrido estiver em confronto com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
- II. Se a parte interpor Recurso Especial e Extraordinário e ambos os recursos forem admitidos, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça e na hipótese de o relator do recurso especial considerar

que o recurso extraordinário é prejudicial àquele, em decisão irrecorrível sobrestará o seu julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal, para o julgamento do recurso extraordinário.

III. O Recurso Especial interposto contra decisão interlocutória em processo cautelar ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.

IV. Contra decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer o Recurso Extraordinário quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos estabelecidos em lei, caberá agravo, no prazo de cinco dias.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e III.

14) EXAME DE ORDEM - OAB/SP 134° - 2008 – CESPE.

Com relação ao recurso especial

- a) exige-se a demonstração da repercussão geral das matérias versadas em recurso especial.
- b) o prequestionamento, por não ser previsto em lei, não constitui pressuposto de admissibilidade recursal.
- c) não se exige conflito analítico em caso de este ser fundamentado em dissídio jurisprudencial.
- d) quando se fundar em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado.

15) DEFENSOR PÚBLICO 2009 - ES – CESPE.

É indispensável que a litispendência, que pode ser conhecida de ofício e a qualquer momento e grau de jurisdição, tenha sido apreciada nos juízos ordinários, para que possa constituir matéria a ser examinada em recurso especial.

16) PROCURADOR ESTADUAL/ES - 2009 - CESPE.

Quanto a recursos e a outros meios de impugnação das decisões judiciais, julgue o item que se segue. No recurso especial, não é possível o novo exame da prova da causa, ou seja, a formação de nova convicção sobre os fatos, pois tal recurso tem âmbito restrito, permitindo apenas o reexame da solução que pode ter violado a lei federal

17) PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO - PGE/PI - 2008 – CESPE.

Quanto aos meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a opção correta.

- a) Os embargos de declaração não se caracterizam como um recurso de fundamentação vinculada, podendo-se neles exigir a manifestação do julgador sobre todos os argumentos trazidos pela parte, bem como as razões de seu convencimento, salvo quando se destinarem ao prequestionamento.
- b) É cabível o recurso especial na forma retida contra acórdão que julga improcedente agravo interposto contra a decisão que concedeu a antecipação de tutela em ação civil pública. No entanto, é admissível o ajuizamento de ação cautelar diretamente no STJ, com o objetivo de destrancar o recurso, requerendo a sua remessa imediata ao destinatário.
- c) Se o recorrente pede apenas a anulação da decisão que é caso de reforma, o órgão jurisdicional ad quem poderá reformá-la, ainda que a matéria discutida no recurso seja de fato e de direito, pois, no âmbito recursal, os pedidos não são interpretados restritivamente, permitindo-se assim uma interpretação extensiva ou ampliativa ao que foi pedido pelo recorrente.
- d) No julgamento de um recurso interposto por ambas as partes de um processo, o tribunal não poderá piorar a condição de qualquer um dos recorrentes, trazendo para eles, por exemplo, uma situação mais prejudicial do que aquela existente antes da interposição do recurso.
- e) No caso de ser interposto agravo de instrumento, o recorrente deverá comunicar o fato ao juízo prolator da decisão impugnada e requerer a juntada de cópia da petição do agravo aos autos do processo de origem, sob pena de o relator, de ofício, não conhecer do recurso.

18) PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ 2009. PGE/PA.

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Recebidos os casos representativos dos recursos especiais repetitivos, serão distribuídos no Superior Tribunal de Justiça, por sorteio, na forma do Código de Processo Civil.

b) O agrupamento dos recursos especiais repetitivos, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicada a análise de outras questões argüidas no mesmo recurso.

c) O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou claramente no sentido de que o procedimento para o julgamento dos recursos especiais repetitivos não se aplica aos agravos de instrumento interpostos contra decisão que não admitir recurso especial, por se tratar de espécie recursal diversa.

d) Quando se tratar de recurso especial repetitivo, o relator submeterá o seu julgamento à Corte Especial que tem a competência exclusiva nesses casos.

19) PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2009 – FCC (Questão adaptada).

No que diz respeito ao tema recursos, é defeso negar seguimento a recurso especial interposto pela Fazenda Pública, face a falta de comprovação de depósito prévio do valor referente à multa aplicada pela apresentação de agravo inominado, ofertado contra a decisão de relator que monocraticamente nega seguimento a apelação, reputado manifestamente infundado.

20) PROMOTOR DE JUSTIÇA - CE - 2009 – FCC.

Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça que julga em definitivo recurso especial repetitivo, escolhido dentre aqueles que tratam de idêntica questão de direito,

a) os agravos de instrumento serão julgados pelo Presidente do STJ, se ainda não distribuídos.

b) os recursos especiais deverão ser encaminhados ao STJ, independentemente do resultado do acórdão recorrido coincidir ou não com a orientação do STJ.

c) na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ, não poderá o tribunal examinar a admissibilidade do recurso especial, que será remetido ao STJ.

d) o Presidente do STJ não terá competência para julgar os recursos especiais encaminhados após a referida publicação e ainda não distribuídos.

e) os recursos sobrestados serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ.

Gabarito

1) V	5) F	9) E	13) A	17) B
2) V	6) C	10) V	14) D	18) B
3) C	7) V	11) V	15) V	19) F
4) C	8) V	12) A	16) V	20) A

RECURSO EXTRAORDINARIO

1) ADVOGADO JUNIOR - PETROBRÁS - 2006 - CESGRANRIO.

Contra o acórdão resultante do julgamento de uma apelação por uma Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o advogado da parte sucumbente pretende interpor recurso extraordinário.

Será incabível esse recurso quando a decisão recorrida:

a) declarar a inconstitucionalidade de lei federal.

b) contrariar dispositivo da Constituição Federal.

c) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

d) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

e) julgar válido ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.

2) ADVOGADO - PREF. BARREIROS - PE - 2008 – IPAD.

Analisar as seguintes proposições e, ao final, marque a alternativa correta:

I. À parte é dado interpor o chamado recurso inominado, quando na lei processual não estiver prevista a interposição de recurso.

II. Os embargos infringentes são cabíveis contra acórdão não unânime que houver negado provimento à ação rescisória.

III. Segundo jurisprudência dominante, interposto recurso especial antes do julgamento de embargos de declaração, após cientificada da decisão integrativa, a parte deverá ratificar o recurso excepcional, sob pena de não conhecimento deste.

IV. O prequestionamento e a repercussão geral são requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário.

V. As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de realizar o preparo de recurso.

Somente estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I, IV e V.
- c) II, III, IV e V.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

3) PROMOTOR DE RONDÔNIA/RO - 2008 - CESPE.

A respeito do recurso especial e do recurso extraordinário, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o CPC, não é cabível recurso extraordinário e recurso especial retidos contra acórdão que julga agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida em processo de execução.
- b) Segundo a jurisprudência predominante no STJ, não é possível a interposição de recurso especial para simples revisão de prova, por tratar-se de matéria de fato, incluindo-se aí as questões atinentes a valoração e admissibilidade da prova.
- c) Se, interposto recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF, vier o tribunal a quo a admitir o recurso pela alínea "a", mas não pela alínea "c", será necessária a interposição de agravo de instrumento em relação à parte inadmitida.
- d) Segundo a jurisprudência predominante no STF, é cabível recurso extraordinário por violação a lei federal quando a transgressão alegada for a regimento de tribunal superior.
- e) No exame de admissão do recurso no STF, a turma pode conhecer recurso sem necessidade de remeter os autos ao plenário, em caso de repercussão geral da questão discutida, desde que haja, no mínimo, três votos a favor da repercussão geral.

4) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF 5ª REGIÃO - 2007 – CESPE.

A respeito da súmula vinculante e dos recursos contra as decisões proferidas em processo civil, julgue o item

Para a admissibilidade dos recursos extraordinário e especial exige-se, além dos demais requisitos legais, a demonstração de que o tema discutido no recurso, seja norma constitucional ou lei federal, respectivamente, tenha repercussão geral, isto é, que os efeitos da decisão sejam capazes de atingir os interesses jurídico e social da coletividade.

5) PROCURADOR DO BANCO CENTRAL - 2009 – CESPE.

Quanto à repercussão geral exigida como pressuposto de cabimento do recurso extraordinário, assinale a opção correta.

- a) Diante da necessidade de quorum qualificado para que o tribunal deixe de conhecer o recurso por ausência de repercussão geral, não se exige que o recorrente a aponte na peça recursal, pois haverá presunção relativa de existência.
- b) A repercussão geral foi definida pela norma infraconstitucional, que se valeu de conceitos jurídicos indeterminados para tanto, de modo que não se admite situação que importe presunção absoluta da sua existência.
- c) Sendo o exame da repercussão geral realizado mediante a interpretação de conceitos jurídicos indeterminados, evidencia-se a possibilidade da avaliação de critérios como a conveniência de discutir a matéria, sendo, por isso, dispensáveis a motivação e a publicidade da decisão.
- d) Caso a decisão recorrida esteja conforme jurisprudência dominante do STF, presume-se a falta de repercussão geral, o que afasta a necessidade do quorum qualificado para que se deixe de conhecer o recurso.
- e) Apesar de ser do pleno do STF a competência de deixar de conhecer o recurso por ausência de repercussão geral, pode o presidente ou o vice-presidente do tribunal local deixar de admiti-lo se o recorrente não tiver incluído em sua peça considerações que busquem demonstrar a presença da repercussão.

6) PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO - PGE/PI - 2008 – CESPE.

O prazo para interposição de agravo de instrumento contra despacho do ministro-presidente do TST que nega seguimento ao recurso extraordinário é de:

- a) 5 dias.
- b) 8 dias.

- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 30 dias.

7) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - TRT 8ª REGIÃO/PA – 2008.

Sobre recursos assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tem efeito somente devolutivo a apelação interposta da sentença que homologa a discriminação.
- b) Cabem embargos infringentes quando o acórdão, não unânime, julgar apelação, ou, ainda, quando houver julgado procedente ação rescisória.
- c) No recurso extraordinário, se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, quatro votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.
- d) Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, na análise da repercussão geral, caberá ao Supremo Tribunal Federal selecionar um ou mais recursos mais representativos daqueles enviados pelo tribunal de origem, sobrestando-se os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.
- e) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do próprio tribunal, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

8) 1º EXAME OAB2009 – MG.

Contra decisão de primeiro grau nos Juizados Especiais Cíveis em favor de seu cliente, foi interposto recurso para a Turma Recursal. Nesse Colegiado, em julgamento do tema envolvendo matéria constitucional, por votação não unânime, restou dado provimento ao recurso e reformada a decisão monocrática. Contra a reforma da decisão de primeiro grau pela Turma Recursal, caberá alguma medida judicial?

- a) Embargos Infringentes para a própria Turma Recursal.
- b) Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- c) Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

9) PROCURADOR FUNDAÇÃO ESTADUAL DA SAÚDE - SE - 2009 – CESPE.

Julgue o próximo item, relativos aos recursos e ao processo cautelar.

Para fins de reconhecimento da repercussão geral é necessário que o recurso extraordinário verse sobre questão relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, e, uma vez negada a existência da repercussão geral, a respectiva decisão não valerá para outros recursos que versem sobre a mesma matéria

10) DEFENSOR PÚBLICO - PI - 2009 – CESPE.

A decisão de turma recursal que define os juizados especiais como competentes para o processo e julgamento de determinada demanda

- a) não está sujeita a qualquer tipo de controle recursal ou formas não recursais de impugnação.
- b) somente pode ser impugnada por recurso especial.
- c) somente pode ser impugnada por recurso extraordinário.
- d) pode ser impugnada por recurso extraordinário ou mandado de segurança, dirigido ao TJ local.
- e) somente pode ser impugnada por meio de mandado de segurança, dirigido ao TJ local.

11) ANALISTA - JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STF - 2008 – CESPE.

É cabível recurso extraordinário, desde que preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade, contra sentença terminativa proferida em causa decidida, em única instância, por ofensa a norma expressa da CF

12) Advocacia-Geral da União AGU 2008 – CESPE.

Acerca dos recursos e da ação rescisória previstos no CPC, julgue o item.

Diz-se na doutrina que existe presunção da existência de repercussão geral nos recursos extraordinários, o que se comprova pela necessidade de quorum diferenciado para o não-conhecimento do recurso com base na ausência de tal requisito e na dispensa da demonstração da sua presença na peça de interposição do recurso, cabendo ao recorrido demonstrar a ausência.

13) PROCURADOR DE ESTADO - PGE/ES - 2008 – CESPE.

Se for suscitado incidente de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, e sendo ele julgado procedente, pelo pleno ou pelo órgão especial do respectivo tribunal, com a respectiva declaração de inconstitucionalidade, contra essa decisão é cabível interposição de recurso extraordinário no STF.

14) PROCURADOR JURÍDICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/AC - 2007 – CESPE.

Os recursos especial e extraordinário não viabilizam novo exame da causa, pois têm âmbito restrito, permitindo apenas o reexame da solução que pode ter afrontado a lei federal, no recurso especial, ou a Constituição Federal e ter repercussão geral, no recurso extraordinário. Assim, o que se veda, mediante a proibição do reexame de provas, é a possibilidade de se analisar se o tribunal recorrido apreciou adequadamente a prova para formar a sua convicção sobre os fatos.

15) PROCURADOR - DF - 2007 – ESAF.

Marque a incorreta

- Para admissibilidade do recurso especial com base na divergência jurisprudencial, não é necessário que a decisão divergente seja unânime.
- Não é cabível recurso extraordinário para o STF, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- É incabível o agravo de instrumento interposto contra decisão que admite parcialmente o recurso especial, porquanto, nesta hipótese, o juízo de admissibilidade é integralmente devolvido ao STJ.
- Não são admissíveis embargos de divergência contra decisão monocrática de Relator que julgar recurso especial, a qual deverá ser atacada via agravo interno, cujo julgamento, então, poderá ser hostilizado pelos embargos de divergência.
- Havendo decisão sobre questão constitucional e federal no acórdão, a parte deverá, desde logo, interpor simultaneamente o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial. Interposto apenas o Recurso Especial, não é mais admissível o Recurso Extraordinário, após o Julgamento do Recurso Especial para impugnar matéria preexistente, decidida no acórdão que fora impugnado somente pelo Recurso Especial.

16) PROCURADOR ESTADUAL/ES - 2009 – CESPE.

Quanto a recursos e a outros meios de impugnação das decisões judiciais, julgue o item que se segue. Se for suscitado incidente de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, e sendo ele julgado procedente, pelo pleno ou pelo órgão especial do respectivo tribunal, com a respectiva declaração de inconstitucionalidade, contra essa decisão é cabível interposição de recurso extraordinário no STF.

17) PRIMEIRO EXAME OAB/SP 2009 – CESPE.

Da decisão recorrida que julgar válida, em única ou última instância, lei local contestada em face de lei federal, é cabível recurso:

- extraordinário.
- ordinário ao STF.
- ordinário ao STJ.
- especial.

18) PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ 2009. PGE/PA.

Analisar as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- O conhecimento do recurso extraordinário depende da repercussão geral, isto é, da demonstração da relevância da matéria do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, conforme expressa o Código de Processo Civil.
- A inexistência da repercussão geral, no caso do recurso extraordinário selecionado, alcança os demais quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, que poderão, porém, ser admitidos, se mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem.
- A intervenção do amicus curiae tem sido ampliada, uma vez que pode ser admitida na apreciação da repercussão geral da matéria objeto do recurso extraordinário, tal como já era admitido nas ações de controle concentrado de constitucionalidade e edição de súmula vinculante.
- A repercussão geral deverá ser reconhecida por decisão cujo acórdão seja específico e mediante a publicação no Diário Oficial, promovendo-se, após a reincidência da decisão, a edição de súmula, conforme o que dispõe o regimento interno do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil.

19) JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO 2ª ETAPA - TRT 23ª REGIÃO/MT – 2008.

Xistus ajuíza demanda em relação a Marcus perante o Juizado Especial Cível, cujo pedido foi julgado improcedente pelo juízo de 1º grau. Dessa decisão, Xistus interpôs recurso, a qual foi mantida pela Turma Recursal. Caso Xistus não se conforme com essa decisão, poderá:

- a) interpor recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, sob a alegação de que foi violada a lei federal;
- b) ingressar com ação rescisória após o trânsito em julgado da decisão;
- c) interpor recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de que foi violada a Constituição Federal;
- d) interpor recurso de apelação para o Tribunal de Justiça, sob a alegação de que a Turma Recursal não apreciou corretamente a matéria de fato;
- e) as alternativas "a" e "c" estão corretas, dependendo da matéria discutida naquele processo - se constitucional ou infraconstitucional.

20) ADVOGADO DO SENADO FEDERAL - 2008 – FGV.

A respeito do novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário pertinente à necessidade de demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas (art. 102, § 3o da Constituição Federal), assinale a afirmativa incorreta.

- a) Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
- b) O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do regimento interno do Supremo Tribunal Federal.
- c) O quorum para inadmissão do recurso extraordinário por falta do requisito da repercussão geral é de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- d) Quando houver multiplicidade de recursos extraordinários com fundamento em idêntica controvérsia, o tribunal de origem selecionará um ou mais recursos e os remeterá ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte. Negada a existência da repercussão geral os recursos extraordinários sobrestados serão considerados não admitidos.
- e) Reconhecida pelo STF a repercussão geral e julgado o mérito do recurso considerado como leading case, os demais tribunais estão obrigados a dar idêntica solução aos recursos extraordinários fundados em idêntica controvérsia. Em nenhuma hipótese, recursos extraordinários que versem sobre matéria já decidida pelo STF poderão ser encaminhados para aquela Corte. A recusa dos desembargadores de instâncias inferiores em aplicar a decisão do STF a casos idênticos pode configurar falta disciplinar, a ser apurada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, por provocação do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

21) PROCURADOR - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ – 2007.

Sobre o recurso extraordinário, é correto afirmar

- a) Somente é cabível por contrariedade à Constituição Federal de 1988, não sendo possível apontar ofensa a texto já revogado.
- b) E cabível contra acórdão do Tribunal de Justiça que concede uma liminar. No entanto, ele ficará retido nos autos e somente será processado se a parte o requerer quando da decisão final do processo principal.
- c) Se o Tribunal de Justiça Estadual declarou a inconstitucionalidade de lei local, segundo a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe recurso extraordinário pela alínea "b" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.
- d) O requerimento de processamento do recurso extraordinário retido não está condicionado à interposição de recurso extraordinário contra a decisão final.
- e) Para cumprir o requisito do prequestionamento, é sempre necessária a interposição de embargos de declaração contra a decisão recorrida.

Gabarito

1) D	6) C	11) V	16) F	21) D
2) E	7) C	12) F	17) A	
3) A	8) B	13) F	18) C	
4) F	9) F	14) V	19) C	
5) E	10) D	15) B	20) E	

REURSO ORDINARIO

1) PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - MPE/RR - 2008 – CESPE.

É possível interpor recurso ordinário ao STJ contra acórdão do tribunal estadual que, julgando improcedente apelação, confirmou sentença de primeiro grau, denegatória de mandado de segurança.

2) JUIZ DE DIREITO - TJAC - 2007 – CESPE.

Ainda a respeito dos recursos contra as decisões proferidas no processo civil, assinale a opção correta.

- a) É cabível recurso extraordinário ou especial, na forma retida, contra decisão interlocutória proferida em agravo de instrumento, em medida cautelar, em cumprimento de sentença ou em processo de execução. Esse recurso somente será processado se for reiterado pela parte no momento da interposição do recurso contra a decisão final.
- b) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime e, embora cabíveis, não forem interpostos embargos infringentes, será da data do trânsito em julgado da decisão proferida por maioria de votos que começará o prazo comum para a interposição dos recursos de natureza extraordinária. Havendo decisão sobre questão constitucional e federal no acórdão, a parte deverá interpor, simultaneamente, os recursos extraordinário e especial.
- c) Para que o recurso especial pela divergência seja admitido, exige-se a demonstração da existência de decisões divergentes, na mesma turma, acerca da mesma tese jurídica. Para tal admissão, exige-se, ainda, que os acórdãos paradigma e recorrido sejam oriundos do julgamento de recurso especial, mandado de segurança ou recurso ordinário constitucional.
- d) Compete ao presidente do tribunal a quo exercer o juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários, devendo ele analisar todos os requisitos legais, inclusive quanto à repercussão geral, ou seja, verificar se os efeitos da decisão são capazes de atingir os interesses jurídico e social da coletividade. No entanto, para que seja negada a existência desse requisito, exige-se a manifestação de dois terços dos membros integrantes daquele tribunal.

3) ADVOGADO JUNIOR - PETROBRÁS - 2006 – CESGRANRIO.

Um Estado estrangeiro ingressou com uma ação de reparação de danos contra a Petrobras. A ação foi julgada procedente pelo órgão do Poder Judiciário de competência originária. Contra essa sentença é cabível:

- a) apelação ao Tribunal Regional Federal.
- b) recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- c) recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.
- e) recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

4) PROCURADOR - MP/GOIÁS – 2008.

O recurso contra decisão denegatória de mandado de segurança na competência originária do Tribunal de Justiça é:

- a) não cabe recurso voluntário, uma vez que tal decisão está sujeita a reexame necessário;
- b) Agravo de Instrumento dirigido ao Presidente do mesmo Tribunal;
- c) recurso ordinário dirigido ao STJ;
- d) Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

5) ANALISTA - JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - STF - 2008 – CESPE.

Os requisitos de admissibilidade do recurso ordinário para o STF contra decisão que denegue ação de mandado de segurança, de *habeas data* ou de mandado de injunção são comuns aos exigidos para o recurso extraordinário

6) PROCURADOR - AGU - 2007 – CESPE.

Compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos TRFs, quando essa decisão for denegatória.

7) PROCURADOR - DF - 2007 – ESAF.

Não cabe recurso extraordinário por dissídio jurisprudencial

8) Procurador Municipal de Natal/RN - 2008 - CESPE (Processo Civil, questão 09). Considerando, por hipótese, que o município de Natal ajuíze ação contra Estado estrangeiro na justiça federal de primeiro grau; que, após o regular trâmite processual, o juiz profira sentença desfavorável ao município, e que este deseje recorrer da decisão, o procurador do município, tendo em vista a distribuição de competências previstas na CF, deverá interpor:

- a) apelação para o TRF.

- b) recurso ordinário para o STF.
- c) recurso ordinário para o STJ.
- d) recurso especial para o STJ.

9) ADVOGADO - PETROBRAS - 2007 – CESPE.

O recurso ordinário é cabível quando a decisão coletiva dos tribunais denega mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. A necessidade de o recurso ser de única instância não autoriza a imediata interposição de recurso extraordinário se a decisão denegatória violar a Constituição Federal de 1988 (CF).

Gabarito

- | | | | | |
|------|------|------|------|------|
| 1) F | 3) C | 5) F | 7) V | 9) V |
| 2) B | 4) C | 6) V | 8) C | |

REEXAME NECESSÁRIO

1) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

No que se refere ao reexame necessário, Em decisão monocrática, poderá o relator negar seguimento a remessa obrigatória por considerá-la manifestamente improcedente, tendo em vista que a decisão de primeira instância encontra-se em consonância com a jurisprudência do respectivo tribunal.

2) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC (Questão adaptada).

No sistema de revisão da sentença, em ação popular para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio municipal, promovida por determinado cidadão contra o Prefeito e o Município, não cabe reexame necessário, se a sentença for de improcedência.

3) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC (Questão adaptada).

No sistema de revisão da sentença, em ação popular para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio municipal, promovida por determinado cidadão contra o Prefeito e o Município, cabe recurso ordinário, se a sentença for de improcedência.

4) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 – FCC (Questão adaptada).

No sistema de revisão da sentença, em ação popular para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio municipal, promovida por determinado cidadão contra o Prefeito e o Município, cabe recurso ordinário, se a sentença for de procedência.

5) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC (Questão adaptada).

No sistema de revisão da sentença, em ação popular para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio municipal, promovida por determinado cidadão contra o Prefeito e o Município cabe reexame necessário, se a sentença for de improcedência.

6) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

No que se refere ao reexame necessário, O reexame necessário devolve ao tribunal a apreciação de toda a matéria que se refira à sucumbência da fazenda pública. É procedimento obrigatório que não se sujeita ao princípio do quantum devolutum quantum appellatum.

7) JUIZ SUBSTITUTO/AP - 2009 - FCC (Questão adaptada).

No sistema de revisão da sentença, em ação popular para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio municipal, promovida por determinado cidadão contra o Prefeito e o Município, não cabe reexame necessário, se a sentença concluir pela carência de ação.

8) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

No que se refere ao reexame necessário, A sentença que julga procedentes embargos à execução contra a fazenda pública não está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição.

9) JUIZ SUBSTITUTO - 2005 - BA - TJ/BA.

No que se refere ao reexame necessário,

A sentença concessiva do mandado de segurança no qual o valor controvertido não ultrapassar a 60 salários mínimos não está sujeita ao reexame obrigatório.

Gabarito

1) V	3) F	5) V	7) F	9) F
2) F	4) F	6) V	8) V	

SÚMULAS**1) PROCURADOR - AGU - 2007 – CESPE.**

O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STF, do STJ ou do TST.

2) JUIZ SUBSTITUTO/SP - 2007 – VUNESP.

Considere as seguintes afirmações:

I. súmula do Superior Tribunal de Justiça adota o entendimento de que, julgada procedente a ação de investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação;

II. súmula do Superior Tribunal de Justiça acolhe a orientação de que o débito alimentar que autoriza a prisão do devedor é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo;

III. o cônjuge declarado culpado pela separação judicial perderá o direito aos alimentos, ainda que deles venha a necessitar e não tenha parentes em condições de os prestar ou aptidão para o trabalho;

IV. os alimentos, na falta de outros obrigados, podem ser exigidos dos tios.

São corretas apenas as afirmações

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV
- c) II e III.
- d) I e II.

3) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF 5ª REGIÃO - 2007 – CESPE.

A respeito da sentença proferida no processo civil, julgue o item.

A sentença transitada em julgado adquire eficácia, tornando-se imutável e, para se preservar o princípio da segurança jurídica, não se admite a ação rescisória quando a questão nela decidida contrariar literal disposição de súmula vinculante ou violar lei inconstitucional ou, ainda, quando o STF declarar a inconstitucionalidade da lei aplicada pela decisão.

4) CONTEÚDO JURÍDICO. 2006.

Ao entrar em vigor a Lei nº 11.276, não mais caberá recurso contra a decisão de juiz que estiver em conformidade com matéria sumulada no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, pois a Súmula Impeditiva de Recurso é fundamental, embora não firme jurisprudência dominante tanto no Supremo, como no Superior e orienta o juiz de primeiro grau.

5) PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL - PGFN - 2007 – ESAF.

Quanto à ação rescisória e também quanto à interpretação do enunciado 343 da Súmula do Supremo Tribunal ("Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais"), é incorreto afirmar:

- a) de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o fato de a matéria ser controvertida afasta a possibilidade de violação de literal dispositivo de lei, ainda que a jurisprudência tenha-se firmado de acordo com a pretensão da parte; sendo que a não incidência da Súmula 343 só deve ocorrer quando o Supremo declarar a inconstitucionalidade da lei aplicada pelo acórdão recorrido
- b) de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ausência de inclusão de todos os beneficiários da ação originária, no pólo passivo da ação rescisória, em constituição de litisconsórcio passivo necessário, implica a nulidade do processo.

- c) é incabível ação rescisória para desconstituir acórdão que tenha deixado de aplicar determinado dispositivo de lei por considerá-lo inconstitucional, sobrevindo decisão do STF que atesta sua constitucionalidade, por incidir, nessa hipótese, o enunciado da Súmula n. 343/STF.
- d) de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, se, à época da decisão rescindenda a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se firmara em sentido diferente do entendimento nela adotado, não só é cabível, como deve ser julgada procedente o pedido formulado na ação rescisória.
- e) é competente o Superior Tribunal de Justiça para julgar ação rescisória ajuizada da decisão que não conheceu do recurso especial interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, mas que tenha apreciado o mérito.

6) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRF 5ª REGIÃO - 2007 – CESPE.

A respeito da súmula vinculante e dos recursos contra as decisões proferidas em processo civil, julgue: Ao julgar apelação, o órgão ad quem pode reexaminar de ofício questões já decididas no curso do processo, relativas às condições da ação, à litispendência, à coisa julgada ou aos pressupostos processuais, ainda que a parte prejudicada pela decisão não tenha contra elas interposto recurso.

7) CONTEÚDO JURÍDICO.2006.

Cabe salientar que o juiz de primeiro grau que estiver, ou não, de acordo com a súmula impeditiva do STJ ou do STF, e caso opte por aplicar a súmula, a parte não pode recorrer mais.

8) PROCURADOR - AGU - 2007 – CESPE.

Segundo a Súmula do STJ, a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posteriormente à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.

Gabarito

- | | | | |
|------|------|------|------|
| 1) F | 3) F | 5) C | 7) V |
| 2) D | 4) F | 6) V | 8) V |

Gostou?

Este é apenas um dos capítulos do livro *Direito Processual Civil em 2010 Questões de Concursos*

Que pode ser disponibilizado através do e-mail celsoari@hotmail.com, por apenas R\$40,00

É a maior seleção de questões que existe publicada!